

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

Introdução.....	3
CAPITULO I - Organização municipal e recursos humanos.....	6
CAPITULO II - <i>Reporting</i> Financeiro.....	9
1. Análise orçamental.....	17
1.1. Receita.....	19
1.1.1. Receita própria.....	22
1.1.2. Transferências obtidas.....	24
1.1.3. Financiamento bancário.....	25
1.2. Despesa.....	25
1.2.1. Despesa por natureza económica - corrente e capital.....	27
1.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital.....	29
1.2.3. Despesas com pessoal.....	30
1.2.4. Compromissos e responsabilidades anos seguintes.....	33
1.3. Resultado orçamental.....	33
1.4. Principais indicadores orçamentais.....	35
2. Análise económico-financeira.....	37
2.1. Balanço.....	38
2.2. Demonstração de resultados.....	43
2.3. Indicadores económico-financeiros	45
2.4. Endividamento municipal.....	46
3. Contabilidade de gestão.....	48
3.1. Análise de custos por funções.....	49
4. Proposta de aplicação de resultados.....	54
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	55

Introdução

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, que devem traduzir com rigor o desempenho económico e financeiro da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente um ano civil.

O presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020 traduz a primeira apresentação de contas do Município de Alcácer do Sal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Este documento respeita a estrutura apresentada pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO), para o Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas. O balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras, a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis que decorrem da Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro (LEO), na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP) também na sua atual redação.

Os documentos agora apresentados foram também elaborados de acordo com as normas não revogadas pelo SNC-AP do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, e com as Instruções nº 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República nº 46/2019 de 6 de março, posteriormente atualizada pela Resolução n.º 2/2020, de 23 de dezembro de 2020.

Importa realçar que o resultado expresso no presente instrumento de gestão, elaborado ao abrigo do novo normativo contabilístico, segundo a metodologia definida pela UniLEO, traduz um marco disruptivo na estrutura e modelo de reporte de informação económica e financeira, em função das novas exigências legais, o que necessariamente implica alterações substanciais da forma e do conteúdo das informações constantes deste Relatório.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Contudo, a Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro que aprovou o OE 2021, no n.º 2 do artigo 132º determina que na Administração Local, a prestação de contas relativa ao exercício de 2020, possa ser efetuada até 31 de maio de 2021, considerando os atrasos na implementação do novo sistema contabilístico – SNC-AP.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, contudo, o Decreto-Lei 6-D/2021 de 15 de janeiro de 2021 na alínea a) no artigo 1º, veio prorrogar o n.º1 do artigo 4º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, estabelecendo o prazo até 30 de junho de 2021.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, nas suas redações atuais abriram caminho à reforma da gestão pública, situação que foi encarada pelo Município de Alcácer do Sal, como um desafio.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos e melhorar a transparência das contas das entidades públicas.

Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC- P. No entanto os vários e sucessivos adiamentos levaram ao atraso deste processo, tendo a obrigatoriedade da transição para o novo normativo contabilístico, sido fixada em 01 de janeiro de 2020.

Importa ainda, realçar e agradecer o empenho demonstrado e os contributos do serviço de Contabilidade e do setor de Gestão Financeira, que permitiram concluir a transição para o novo normativo contabilístico, num ano particularmente exigente pelos constrangimentos resultantes do regime de trabalho praticado nesta autarquia, impostos pela pandemia do COVID19.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/3013, de 3 de setembro.

CAPITULO I - Organização municipal e recursos humanos

O Município de Alcácer do Sal, em 31 de dezembro de 2020, contou com 423 trabalhadores, distribuídos por várias unidades orgânicas: a DAF - divisão de Administração e Finanças, a DRH - divisão de recursos humanos, a DASU - divisão de ambiente e serviços urbanos, a DMOM - divisão de mobilidade e obras municipais, a DPGU - divisão de planeamento e gestão urbanística, a DEASD - divisão de educação, ação social e desporto, a DCE - divisão de cultura e eventos e, os Gabinetes não integrados em divisões municipais, a saber, o Gabinete de Apoio à Presidência, o Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, o Gabinete Jurídico e Contra Ordenações, o Gabinete de Informática e Rede de Dados, o Gabinete de Comunicação, o Gabinete das Atividades Económicas e Turismo, o Gabinete Técnico Florestal e da Proteção Civil e o Gabinete Veterinário.

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores por unidades orgânicas



O Município conta ainda com um trabalhador em cedência de interesse público na Direção de Turismo do Alentejo. ARPTA - Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo.

O total de trabalhadores em relação a 2019 cresceu 2%, representando mais 8 trabalhadores, entre entradas e saídas durante o ano de 2020.

Realçamos que a carreira de assistente operacional é a mais representativa no Município com um peso de 61% sobre o total de trabalhadores.

Os trabalhadores com 12 anos de escolaridade são os que estão em maior número, representando uma taxa de 25%.

O intervalo de idades entre os 40 e os 44, é o mais representativo do Município com 18% do total.

O Município conta com mais 37 homens do que mulheres na sua organização municipal.

Mostramos abaixo os gráficos relativos aos recursos humanos do Município, onde se encontram alguns dos dados acima referidos:

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores por carreira ou função

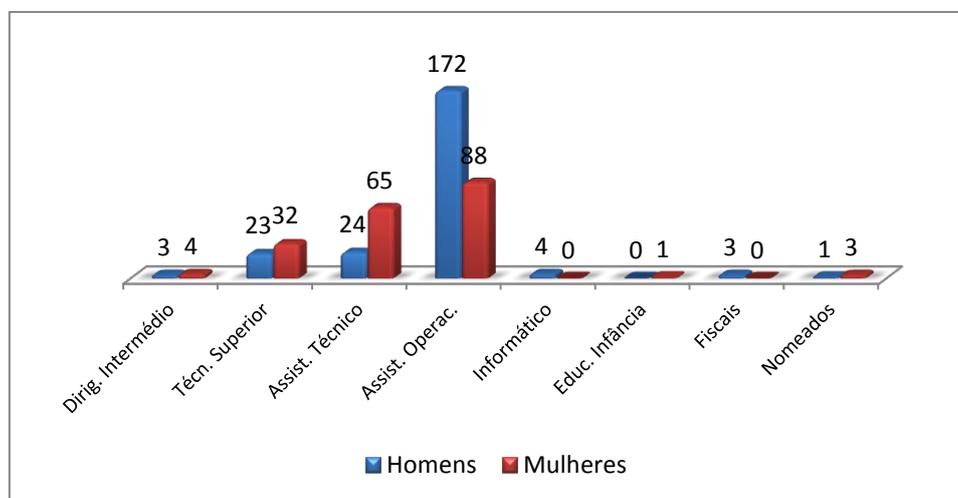


Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por habilitações literárias

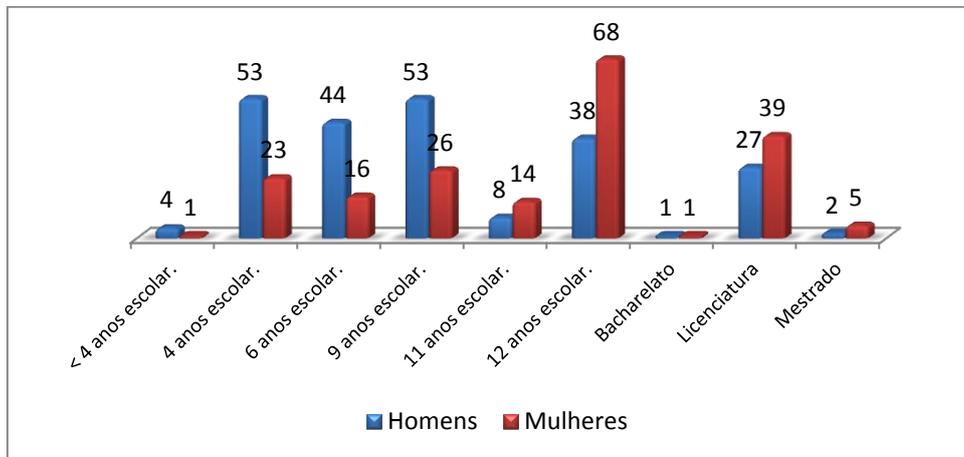


Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores por faixa etária

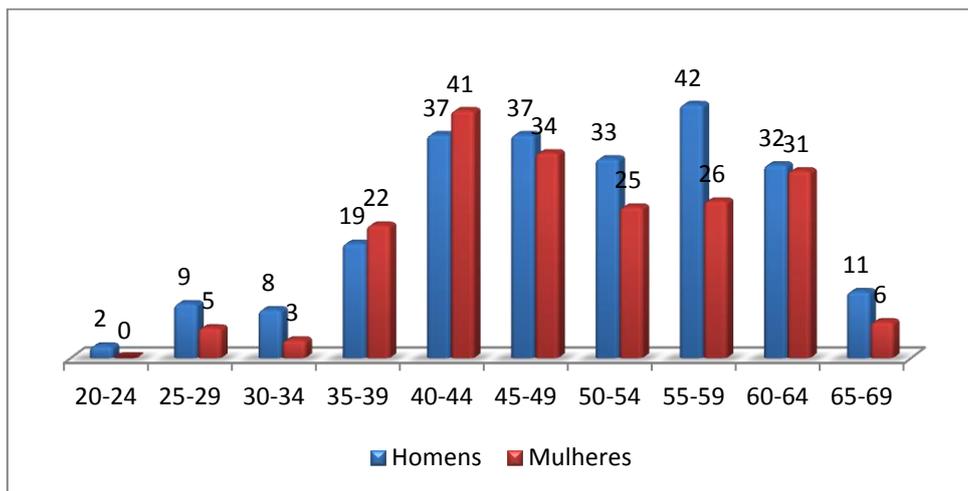
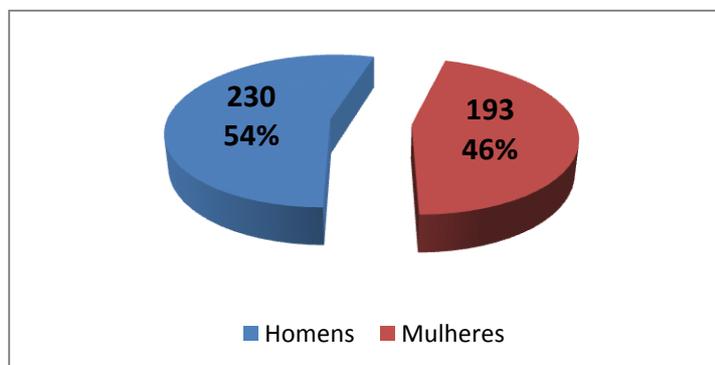


Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores por género



CAPITULO II – *Reporting* financeiro

O SNC-AP traz uma nova abordagem de prestação de contas. Para além do cumprimento legal integral, também, a harmonização e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional.

Este novo normativo é constituído por 3 subsistemas de contabilidade: orçamental, financeira e de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental; já a contabilidade financeira, tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, e permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa; por sua vez, a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Estamos perante uma forte alteração de paradigma, pelo que destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Enquadramento Internacional

No Relatório homólogo referente à Prestação de Contas de 2019, depois de vários exemplos que ilustravam um forte grau de incerteza que caracterizavam as civilizações no início da segunda década do século XXI, referia-se a dado passo:

“Os exemplos acima enunciados traduzem-se numa cada vez maior incerteza quanto ao futuro próximo, sendo cada vez melhor solução invocar a frase célebre do mundo do futebol – prognósticos, só no final do jogo.

E não se fala aqui numa situação que, à data da elaboração deste Relatório, está na ordem do dia: O Covid19, cuja evolução pode, ou não, transformar drasticamente os pressupostos civilizacionais que conhecemos. Mas este é assunto de 2020 e não de 2019.”

Efetivamente, 2020 foi tudo o que não era expectável em finais de 2019. O microscópico vírus de que o mundo começou a ouvir falar em dezembro de 2019 cresceu, expandiu-se, transformou-se e globalizou-se: num só golpe destruiu toda e qualquer fiabilidade das múltiplas projeções realizadas, fossem elas originárias da ONU, da União Europeia, do FMI ou do Banco Mundial.

Quem se der ao trabalho de visitar as perspetivas então existentes, descobrirá que, à escala mundial, porventura apenas se concretizaram três dos objetivos comuns à generalidade das previsões dos analistas internacionais:

- a conclusão do Brexit;
- a crescente relevância da China como potência mundial;
- o fim(?) do “trumpismo” à frente dos EUA, sobretudo entendido no que tal situação comporta quanto à reversão de um vasto leque de decisões com influência direta nos relacionamentos internacionais.

Em tudo o mais, o vírus determinou quase tudo, virou do avesso o que houvesse para virar, transformou desenvolvimentos em retrocessos, apelou à imaginação e à urgência, remeteu para plano secundário inúmeros projetos. E pelo meio já lá vão mais de 100 milhões de vítimas, das quais, à data da elaboração deste Relatório, mais de 2,4 milhões de vítimas mortais.

E a escalada continua, embora a descoberta de vários tipos de vacinas, a par de uma maior eficácia de alguns tratamentos, permita admitir que, a médio prazo, a situação pandémica poderá vir a ser controlada.

Nesta perspetiva, importa perceber a situação em que o mundo se encontra, por forma a melhor avaliar, não só a capacidade dos países em enfrentar este surto pandémico, mas igualmente em dele sair da melhor maneira possível. Vejamos então as estimativas e projeções elaboradas pelo FMI em finais de 2020, para uma dúzia de países, comparando a variação anual do PIB para os anos de 2019, 2020 e 2021:

Quadro 1 - Variação do PIB mundial

	Verificado %	Estimativa %	Projeção %
	2019	2020	2021
Estados Unidos	2,2	-3,4	5,1
Alemanha	0,6	-5,4	3,5
França	1,5	-9,0	5,5
Espanha	2,0	-11,1	5,9
Japão	0,3	-5,1	3,1
Reino Unido	1,4	-10,0	4,5
China	6,0	2,3	8,1
Rússia	1,3	-3,6	3,0
Brasil	1,4	-4,5	3,6
África do Sul	0,2	-7,5	2,8
Portugal	2,2	-10,0 (1)	5,2

(1) Previsões datadas de abril de 2020 e não atualizadas. A estimativa para 2020 era então pessimista, sabendo-se agora que a queda real foi de 7,6%. As previsões e projeções dos restantes países datam de outubro de 2020.

No ano de 2019 verificaram-se crescimentos díspares, mas positivos, em todos os países selecionados. Os resultados para 2020 apresentam um cenário quase antagónico, com uma exceção: todos os países selecionados apresentam valores, igualmente distintos entre si, mas negativos. A exceção: a China cuja influência mundial vem sendo sentida de forma crescente nas últimas décadas e que, parece, irá sair em posição reforçada quando for possível dominar a situação pandémica.

Para 2021 o FMI estima crescimentos para a generalidade dos países e, para além do caso da China, verifica-se que as projeções realizadas apresentam valores de recuperação mais elevados quanto maior é o peso do setor do turismo em cada economia nacional.

Naturalmente que estes cenários estão baseados, não só no controlo da pandemia no ano que decorre, mas igualmente que tal controlo será conseguido no seu primeiro semestre.

Enquadramento Europeu

Centrando agora a nossa atenção no espaço europeu, o quadro seguinte apresenta as previsões e projeções do PIB para um alargado número de países. Note-se que neste caso a origem dos dados elencados é da própria Comissão Europeia e os mesmos são bem mais recentes: 2 de fevereiro de 2021.

Quadro 2 - Variação do PIB

País/Área	2020	2021	2022
	%	%	%
Bélgica	-6,2	3,9	3,1
Alemanha	-5,0	3,2	3,1
Espanha	-11,0	5,6	5,3
França	-8,3	5,5	4,4
Itália	-8,8	3,4	3,5
Holanda	-4,1	1,8	3,0
Áustria	-7,4	2,0	5,1
Portugal	-7,6	4,1	4,3
Área do euro	-6,8	3,8	3,8
Dinamarca	-3,5	2,9	3,6
Suécia	-2,9	2,7	4,0
Média U. Europeia	-6,3	3,7	3,9

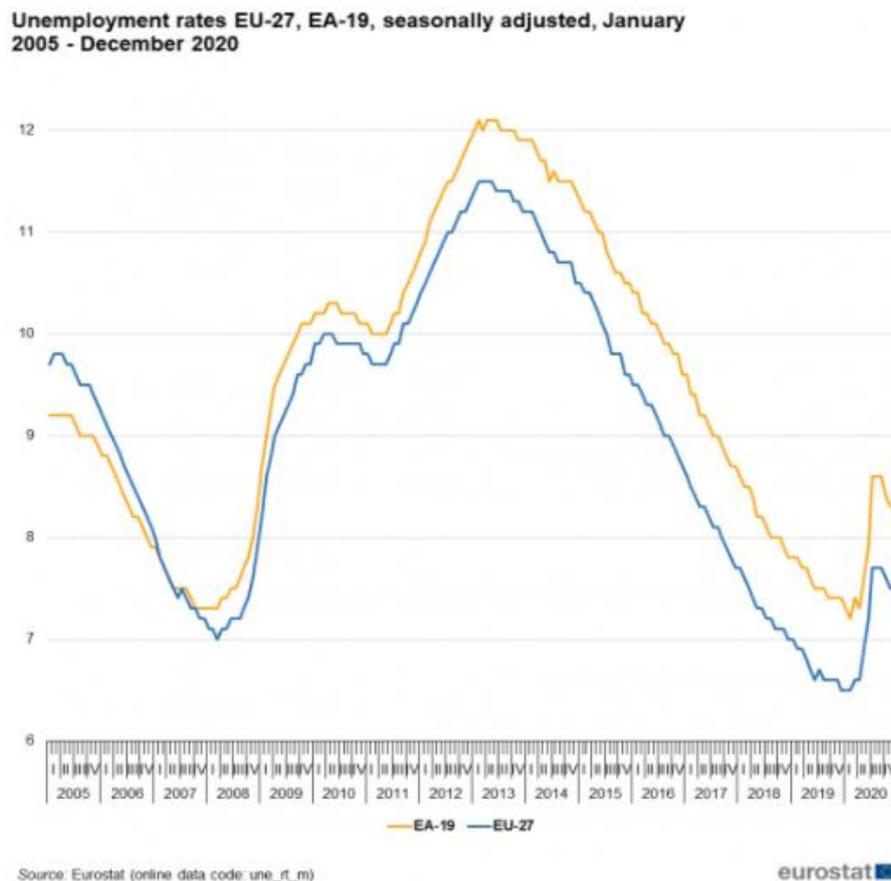
Reitera-se que estas previsões e projeções, apontadas como cenário-base, pressupõem o controlo da crise sanitária até ao final do primeiro semestre do ano em curso. Note-se ainda que, em regra e como já se referiu, o crescimento previsto para 2021 é mais relevante no caso dos países com maior dependência do turismo.

Importa aqui referir que a Europa, na generalidade, resistiu de forma bastante positiva à destruição de emprego que a crise sanitária provocou. Depois de inicialmente ter sofrido um forte impacto na taxa de desemprego – um agravamento médio de cerca de 2% – a partir de meados de 2020, não só susteve o agravamento, como iniciou uma recuperação, ainda insuficiente, mas já significativa.

Em face do início do processo de vacinação generalizada, esta recuperação, embora travada no último mês do ano de 2020, permite admitir que venha de novo a ser retomada no final do segundo trimestre do ano em curso. Se assim for, nos seus piores momentos, o impacto negativo do desemprego terá ficado cerca de 4% abaixo do impacto verificado aquando da crise financeira de 2009-2014.

É o que se pode inferir do gráfico seguinte que apresenta a evolução da taxa de desemprego na Europa entre janeiro de 2005 e dezembro de 2020:

Figura 2 - Taxas de desemprego EU-27 e EA-19



Ainda uma breve referência à circunstância de se ter verificado um apreciável congelamento de algumas das intenções priorizadas pelas entidades europeias, como

é o caso da crise climática ou da digitalização da economia. Por outro lado verificou-se que os fluxos migratórios caíram drasticamente.

Se o controlo da crise sanitária começar a ser palpável, é bem provável que aquelas intenções, entre outras, voltem à ordem do dia e, no caso das alterações climáticas, com o reforço que lhe advirá do regresso dos Estados Unidos ao acordo de Paris.

Finalmente, importa afirmar que nem a crise sanitária confinou a democracia nos países onde o sistema existe, tendo-se mantido, no essencial, as tendências políticas assinaladas no anterior Relatório de Gestão.

Economia Portuguesa

Em 2020, na ótica meramente económica, Portugal viveu um período de quebra, como a quase totalidade dos países do mundo. De acordo com as projeções elaboradas pelo Banco de Portugal, no seu boletim de dezembro de 2020, são as seguintes as variações dos indicadores que se elencam:

Quadro 3 - Indicadores

	2019	2020	2021
	%	%	%
PIB (1)	2,2	-7,6	3,9
Défice	0,1	-5,7	-4,3 (1)
FBCF	5,4	-2	4,4
Exportações	3,5	-20,1	9,2
Importações	4,7	-14,4	8,8
Dívida (em mil milhões de euros)	249,9	270,4	n.d.
Dívida	117,2	133,7	130,9
Taxa de desemprego	6,5	6,8	8,8

Fontes: Governo, Banco de Portugal, INE e FMI.

(1) Previsão do Governo.

Duas leituras óbvias:

- O ano de 2020 foi fortemente negativo, tanto para o tecido económico nacional, como para a generalidade dos países do mundo, registando-se o agravamento de qualquer um dos indicadores referidos;
- Projeta-se que o ano de 2021 será o ano de viragem, com exceção do desemprego, matéria cuja recuperação se prevê mais lenta.

Mas esta previsão só será exequível se for dominada a crise sanitária, pelo que o grau de incerteza é substancialmente maior que o habitual para este tipo de previsões. E quanto ao desemprego é avisado não ter ilusões porque, apesar do esforço significativo em limitar as consequências diretas da pandemia, este esforço não poderá durar mais que determinado limite de tempo, por um lado e, por outro, a retoma da criação de emprego nunca será imediata, sendo necessários vários meses para que haja um significativo crescimento do emprego.

Como se esperava, ao contrário do desemprego – e até igualmente por causa dele – o défice e a dívida deram o “trambolhão” que se perspectivava. Resta desejar que, em anos futuros, 2020 mais não seja que um tropeção destes indicadores, já que eles, direta ou indiretamente afetam a vida de cada cidadão.

Ainda e finalmente uma palavra para o Investimento, para referir que, apesar de todos os constrangimentos, a redução estimada para 2020 é o resultado essencialmente da forte contração do Investimento privado (-5,0%), já que o Investimento residencial, ao contrário da generalidade dos países europeus, se aguentou bem (0,2%) e o Investimento público esteve muito próximo das previsões do Governo (2,0, contra 2,1, respetivamente), dirigindo-se essencialmente aos projetos com apoios comunitários e ao SNS.

O ano de 2021 irá ser, numa ótica meramente económica, o resultado conjugado de dois fatores:

- por um lado, do momento e da eficácia do controlo da crise sanitária;
- por outro, do momento e da eficácia com que soubermos aplicar os fundos do chamado Plano de Recuperação e Resiliência.

Ambas serão matérias certas para o ano seguinte.

Antes de se iniciar a análise orçamental relativa à prestação de contas do ano 2020, apenas uma nota para referir que a mesma sofrerá diversas alterações relativamente ao tipo de apresentação que era usual realizar. Tal deve-se ao esforço de conformação com as normas inscritas na nova Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (LEO) e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), que se procurou efetuar.

1. Análise Orçamental

Em 2020 a Receita Global cobrada pelo Município de Alcácer foi de quase 24,9 milhões de euros, cerca de menos 2,2 milhões de euros que a receita corrigida prevista, tal como se evidencia no Quadro 4:

Quadro 4 - Análise Orçamental da Receita

Rúbricas	Orçamento Receita 01-01-2020 €	Receita Corrigida 31-12-2020 €	Receita Cobrada €	Taxa Execução %
Impostos Diretos	3.419.519,00	3.764.519,00	4.143.591,51	110,07
Impostos Indiretos	80.528,00	54.905,00	17.027,21	31,01
Taxas, Multas e Outras	222.667,00	436.990,00	394.368,26	90,25
Rendimentos Propriedade	751.399,00	761.213,02	769.551,11	101,10
Transferências Correntes	10.390.775,00	9.318.156,34	9.605.261,70	103,08
Venda Bens /Serv. Correntes	1.969.810,00	1.946.086,69	2.000.260,61	102,78
Outras Receitas Correntes	5.047.475,00	58.806,16	14.397,67	24,48
RECEITAS CORRENTES	21.882.173,00	16.340.676,21	16.944.458,07	103,69
Venda Bens Investimento	49.328,00	145.328,00	142.073,67	97,76
Transferências de Capital	4.382.645,00	4.872.015,78	3.896.615,08	79,98
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	1.555.946,04	676.939,16	43,51
Outras Receitas de Capital	4.718.826,00	1.009.466,25	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	9.150.899,00	7.582.856,07	4.715.627,91	62,19
Rep. não Abat. nos Pagamentos	0,00	7.500,00	5.584,20	74,46
Saldo Orçamental	0,00	3.231.047,27	3.231.047,27	100,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	3.238.547,27	3.236.631,47	99,94
TOTAL DAS RECEITAS	31.033.072,00	27.162.079,55	24.896.717,45	91,66

A Receita Corrente cobrada apresenta uma taxa de execução de 103,7% face à receita corrente corrigida, sendo que os Impostos Diretos revelam o maior grau de execução. No entanto, as Transferências Correntes continuam a ser a rúbrica com maior peso no conjunto em apreço.

A Receita de Capital cobrada apresenta uma taxa de execução de 62,2% face à receita de capital corrigida, sendo que a Venda de Bens de Investimento apresenta a melhor execução (mais de 97,7%), mas são uma vez mais as Transferências, agora do lado das Receitas de Capital, que apresentam maior peso.

Relativamente à taxa de execução global, na comparação entre Receita Cobrada e Receita Corrigida, o resultado alcançado é de 91,7%.

No Quadro 5 apresentam-se, por grandes grupos, os valores a que se chegou do lado da Despesa:

Quadro 5 - Análise Orçamental da Despesa

Numa leitura homóloga à realizada para as Receitas, verifica-se que a taxa global de execução das despesas pagas foi de 72,7%, em resultado conjugado de uma taxa de execução das despesas pagas correntes de 76,6% e de uma taxa de execução das despesas pagas de capital de 63,8%.

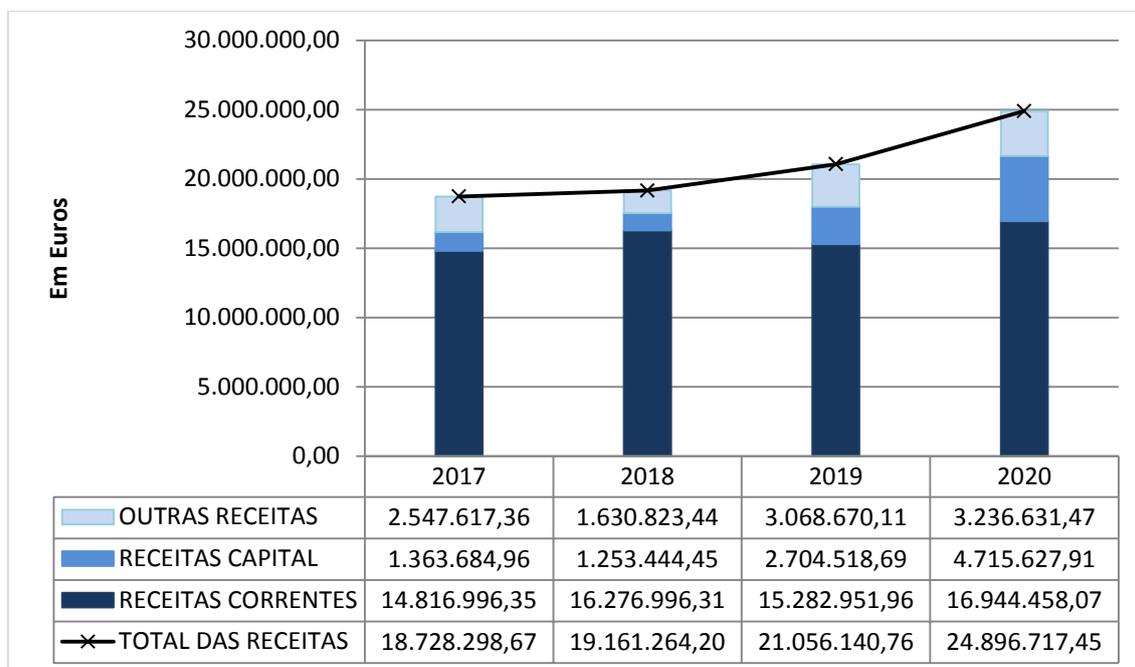
Rúbricas	Orçamento Despesa 01-01-2020 €	Despesa Corrigida 31-12-2020 €	Despesa Paga €	Taxa Execução %
Pessoal	9.841.591,00	9.797.791,72	8.404.495,22	85,78
Aquisição Bens e Serviços	9.843.629,00	7.563.168,03	4.758.902,72	62,92
Juros e Outros Encargos	24.384,00	41.487,99	18.487,69	44,56
Transferências Correntes	1.734.496,00	1.376.333,79	1.267.225,28	92,07
Outras Receitas Correntes	406.875,00	106.136,00	16.146,50	15,21
DESPESAS CORRENTES	21.850.975,00	18.884.917,53	14.465.257,41	76,60
Aquisição Bens de Capital	8.953.526,00	7.961.492,36	4.974.040,61	62,48
Transferências de Capital	165.743,00	252.968,84	246.215,57	97,33
Ativos Financeiros	29.628,00	29.628,00	29.628,00	100,00
Passivos Financeiros	33.200,00	33.072,82	33.072,79	100,00
DESPESAS CAPITAL	9.182.097,00	8.277.162,02	5.282.956,97	63,83
TOTAL DAS DESPESAS	31.033.072,00	27.162.079,55	19.748.214,38	72,71

As rubricas com maior peso nas Despesas Correntes foram as Despesas com Pessoal e, no lado das Despesas de Capital, as Aquisições de Bens de Capital, ambas com pesos muito significativos relativamente aos totais dos respetivos subsetores (58,1% e 94,1%, respetivamente).

1.1. Receita

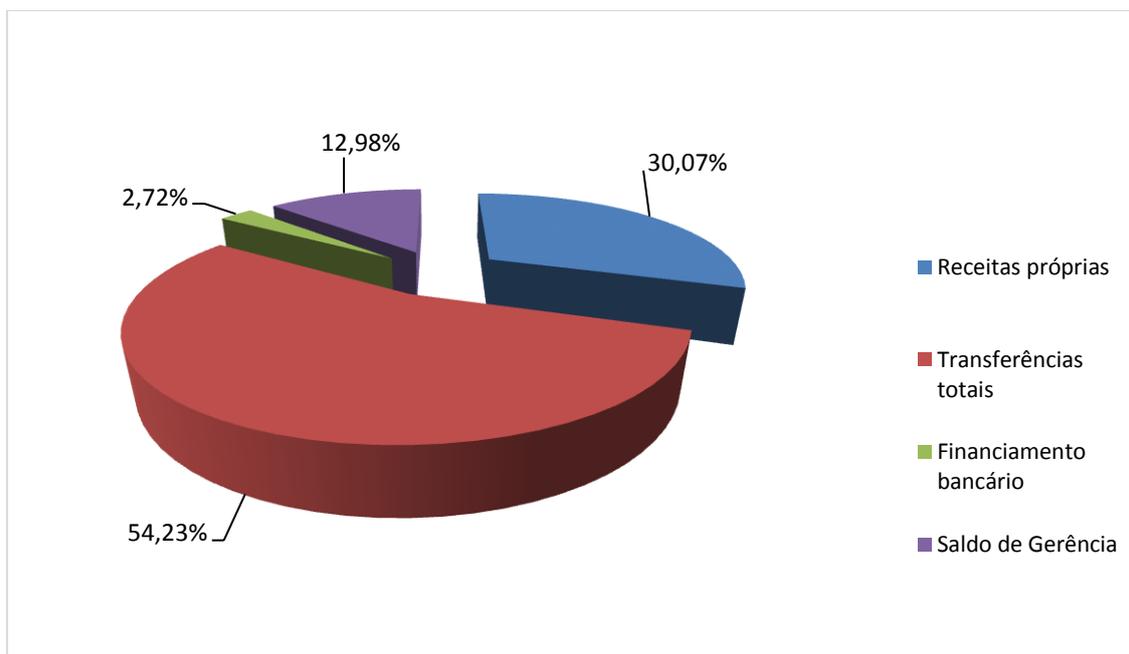
Entrando agora especificamente na área das Receitas, apresenta-se o Gráfico 5 onde consta a evolução da Receita Cobrada nos últimos 4 anos:

Gráfico 5 - Evolução da Receita Cobrada



Verifica-se um acréscimo anual das Receitas nestes anos, sendo que, relativamente ao ano anterior, o aumento foi superior a 3,5 milhões de euros. Para este crescimento contribuíram sobretudo, os Impostos Diretos, as Transferências de Capital (essencialmente devido às participações de fundos comunitários) e os Passivos Financeiros. Por rubricas gerais, a distribuição da Receita foi a seguinte:

Gráfico 6 - Distribuição da Receita



No final de 2020, a Receita Cobrada ascendeu a perto de 24,9 milhões, correspondendo 13,5 milhões às Transferências Totais, 7,5 milhões às Receitas Próprias, 3,2 milhões ao Saldo Transitado do exercício anterior e 0,7 milhões a Financiamento Bancário.

Antes de melhor desenvolver a área das Receitas Próprias, apresenta-se no Quadro 6 a evolução da Receita, por grandes grupos:

Quadro 6 - Evolução da Receita

Rúbricas	2019			2020			Δ Período Homólogo %
	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	
Impostos Diretos	3.424.802,00	2.869.097,97	83,77	3.764.519,00	4.143.591,51	110,07	44,42
Imposto Municipal s/ Imóveis	1.381.660,00	1.077.571,20	77,99	1.237.292,00	1.511.431,72	122,16	40,26
Imposto Único de Circulação	250.190,00	278.774,40	111,43	300.966,00	284.144,15	94,41	1,93
Imp. Munic./Transmissões	1.696.519,00	1.239.894,76	73,08	2.050.635,00	2.171.519,41	105,89	75,14
Derrama	96.283,00	272.857,61	283,39	175.476,00	176.496,23	100,58	-35,32
Outros	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	73.937,00	79.716,62	107,82	54.905,00	17.027,21	31,01	-78,64
Taxas, Multas e Outras	190.088,00	107.990,02	56,81	436.990,00	394.368,26	90,25	265,19
Rendimentos Propriedade	847.060,00	754.722,10	89,10	761.213,02	769.551,11	101,10	1,96
Transferências Correntes	9.194.371,00	9.099.837,01	98,97	9.318.156,34	9.605.261,70	103,08	5,55
Fundo OE - IRS	8.985.556,00	9.022.663,28	100,41	9.147.535,00	9.453.779,91	103,35	4,78
Outras	208.815,00	77.173,73	36,96	170.621,34	151.481,79	88,78	96,29
Venda Bens/Serv. Correntes	1.852.364,00	2.329.543,83	125,76	1.946.086,69	2.000.260,61	102,78	-14,14
Outras Receitas Correntes	6.051.743,00	42.044,41	0,69	58.806,16	14.397,67	24,48	-65,76
RECEITAS CORRENTES	21.634.365,00	15.282.951,96	70,64	16.340.676,21	16.944.458,07	103,69	10,87
Venda Bens Investimento	150.925,00	7.753,29	5,14	145.328,00	142.073,67	97,76	1.732,43
Transferências de Capital	3.906.466,00	2.253.131,76	57,68	4.872.015,78	3.896.615,08	79,98	72,94
Ativos Financeiros	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	443.633,63	443.633,64	100,00	1.555.946,04	676.939,16	43,51	52,59
Outras Receitas de Capital	2.423.737,37	0,00	0,00	1.009.466,25	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	6.924.862,00	2.704.518,69	39,06	7.582.856,07	4.715.627,91	62,19	74,36
Rep. não abat. nos pagam.	1.000,00	843,40	84,34	7.500,00	5.584,20	74,46	562,11
Saldo orçamental	3.067.826,71	3.067.826,71	100,00	3.231.047,27	3.231.047,27	100,00	5,32
OUTRAS RECEITAS	3.068.826,71	3.068.670,11	99,99	3.238.547,27	3.236.631,47	99,94	5,47
TOTAL DAS RECEITAS	31.628.053,71	21.056.140,76	66,57	27.162.079,55	24.896.717,45	91,66	18,24

O conjunto das Receitas Municipais registou um incremento de 18,2% correspondentes a cerca de 3,8 milhões de euros, sendo que o crescimento da componente corrente foi de 10,9% e o crescimento da componente de capital foi de 74,4%. Estas percentagens correspondem a cerca de 1,7 e 2,0 milhões de euros, respetivamente, sendo o restante relativo às outras receitas.

Os contributos principais para estes acréscimos vieram dos Impostos Diretos – e, dentro destes do IMT e do IMI – e das Transferências de Capital – e, nestas, essencialmente das participações com fundos comunitários.

1.1.1. Receita própria

Em 2020 a Receita Própria ascendeu a quase 7,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo, relativamente ao ano anterior, de 12,8%, essencialmente devido ao forte incremento das receitas oriundas dos Impostos Diretos.

A sua evolução nos últimos 4 anos está documentada no Quadro 7 que se apresenta:

Quadro 7 - Evolução da Receita Própria

Receita Própria Cobrada	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €	Δ 2020/2019 %
Impostos Diretos	3.143.798,82	4.136.041,84	2.869.097,97	4.143.591,51	44,42
Impostos Indiretos	67.574,18	81.282,57	79.716,62	17.027,21	-78,64
Taxas, Multas e Outras	243.277,52	117.151,37	107.990,02	394.368,26	265,19
Rendimentos Propriedade	558.534,52	746.487,13	754.722,10	769.551,11	1,96
Venda Bens/Serv. e Outros	1.809.605,87	2.610.773,84	2.823.818,57	2.162.316,15	-23,43
Total Receitas Próprias	5.822.790,91	7.691.736,75	6.635.345,28	7.486.854,24	12,83

Como já foi referido, os Impostos Diretos foram determinantes para o acréscimo global verificado. Analisando mais detalhadamente esta rúbrica, apresenta-se o Quadro 8, onde se evidencia a evolução desagregada de cada um dos impostos considerados:

Quadro 8 - Evolução dos Impostos Diretos

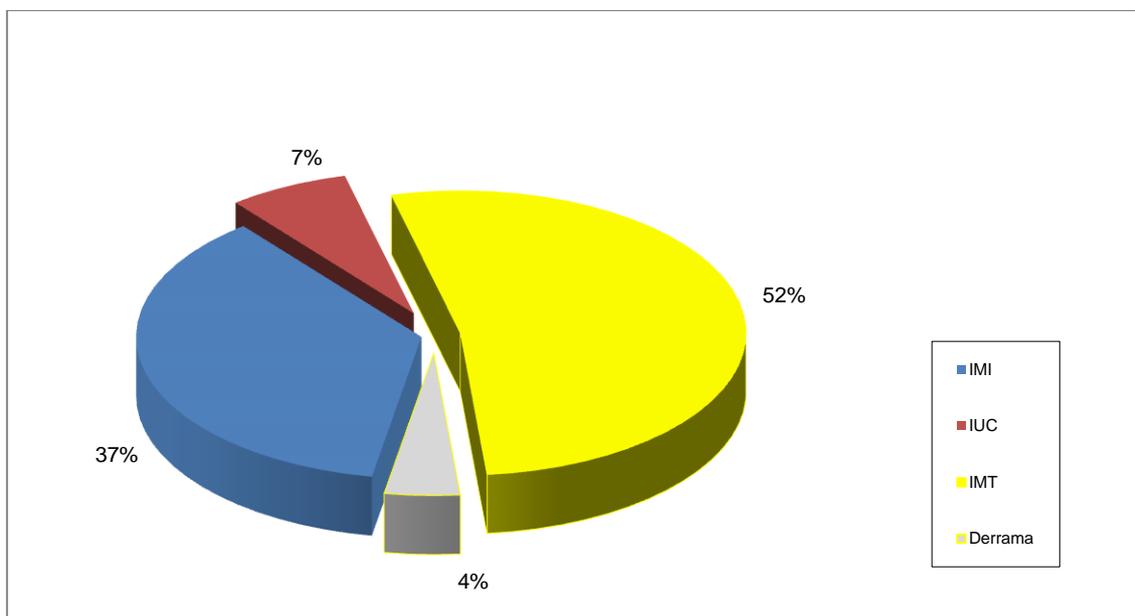
Rúbricas	2016 €	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	1.308.445,65	1.357.400,32	1.431.238,70	1.077.571,20	1.511.431,72
IUC - Imposto Único Circulação	230.731,33	245.359,52	260.109,36	278.774,40	284.144,15
IMT - Imp. Mun. Trans. Onerosas	1.178.417,05	1.496.148,04	2.253.766,69	1.239.894,76	2.171.519,41
Derrama	0,00	44.890,94	190.927,09	272.857,61	176.496,23
TOT. IMPOSTOS DIRECTOS	2.717.594,03	3.143.798,82	4.136.041,84	2.869.097,97	4.143.591,51

Como seria expectável, assistiu-se a uma quebra significativa da Derrama (-35%) e a uma pequena variação do IUC (+2%). O IMI e o IMT apresentam acréscimos muito consideráveis (40% e 75%, respetivamente). Se, quanto a este último, apenas será de mostrar alguma surpresa face ao ano anómalo que se viveu e onde imperou uma forte descida do investimento, designadamente do setor privado, já quanto ao IMI importa dar alguma explicação.

Durante a maior parte do ano de 2019 o Município viu-se privado de uma parte da receita oriunda deste imposto, uma vez que, por determinação judicial, foi reconhecida uma isenção a um investidor local, pelo que houve que proceder à devolução das verbas anteriormente auferidas. Tal situação explicou a queda da receita do Município no ano de 2019 e, explica agora, como a devolução foi efetuada, o retomar, com pequenos acréscimos anuais, dos valores que vinham sendo arrecadados.

O peso relativo de cada um dos Impostos Diretos, em 2020, é como se apresenta no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Estrutura dos Impostos



1.1.2. Transferências obtidas

Fora das Receitas Próprias, assumem particular relevância as Transferências obtidas, remetendo-nos para os valores do Quadro 9, onde se quantifica a respetiva evolução nos últimos quatro anos:

Quadro 9 - Evolução das Transferências Obtidas

Transferências	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €	Δ 2020/2019 %
Transf. Corr. do OE e Outras/Estado	8.961.467,76	9.043.321,63	9.022.663,28	9.453.779,91	4,78
Projetos Cofinanciados	0,00	33.635,53	0,00	65.031,80	∞
Outras Transf. Correntes	54.343,50	80.685,52	77.173,73	86.449,99	12,02
TOTAL TRANSF. CORRENTES	9.015.811,26	9.157.642,68	9.099.837,01	9.605.261,70	5,55
Transf. Cap. do OE e Outras/Estado	926.549,00	982.600,00	1.417.697,80	1.553.618,00	9,59
Projetos Cofinanciados	416.298,51	166.599,39	835.433,96	2.342.997,08	180,45
TOTAL TRANSF. DE CAPITAL	1.342.847,51	1.149.199,39	2.253.131,76	3.896.615,08	72,94
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS	10.358.658,77	10.306.842,07	11.352.968,77	13.501.876,78	18,93

Globalmente, registou-se um incremento das Transferências Obtidas de quase 19%, sobretudo à custa da componente de Capital e, nesta, dos projetos cofinanciados que, só por si, registaram uma subida de mais de 180% relativamente ao anterior ano de 2019. Note-se ainda que na comparação entre os anos de 2019 e 2020, nenhuma das áreas desagregadas apresenta variações negativas.

1.1.3. Financiamento bancário

No caso do Financiamento bancário, os valores do capital em dívida encontram-se evidenciados no Quadro 10:

Quadro 10 - Financiamento Bancário

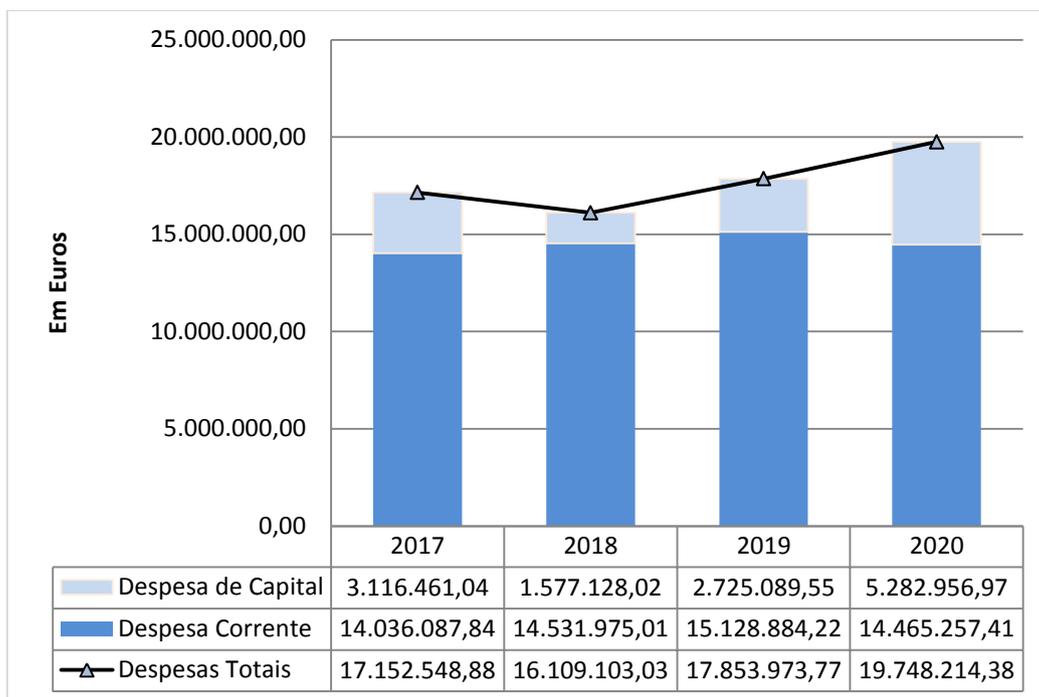
Finalidade	Capital em Dívida		Δ
	31-12-2019 €	31-12-2020 €	2020/2019 %
Habitação Social	103.031,12	69.958,33	-32,10
Parque Urbano e Interface de Transportes	443.633,63	617.366,91	39,16
R. Oficina Criança; C. Escolar Telheiros; P. Mobilidade Torrão e outros	0,00	503.205,89	∞
TOTAL	546.664,75	1.190.531,13	117,78

Fruto dos empréstimos recentemente contratados e tendo em atenção as verbas já libertadas, verifica-se um acréscimo significativo do Capital em Dívida, na comparação dos dois últimos anos, o qual ascende agora a pouco menos que 1,2 milhões de euros.

1.2. Despesa

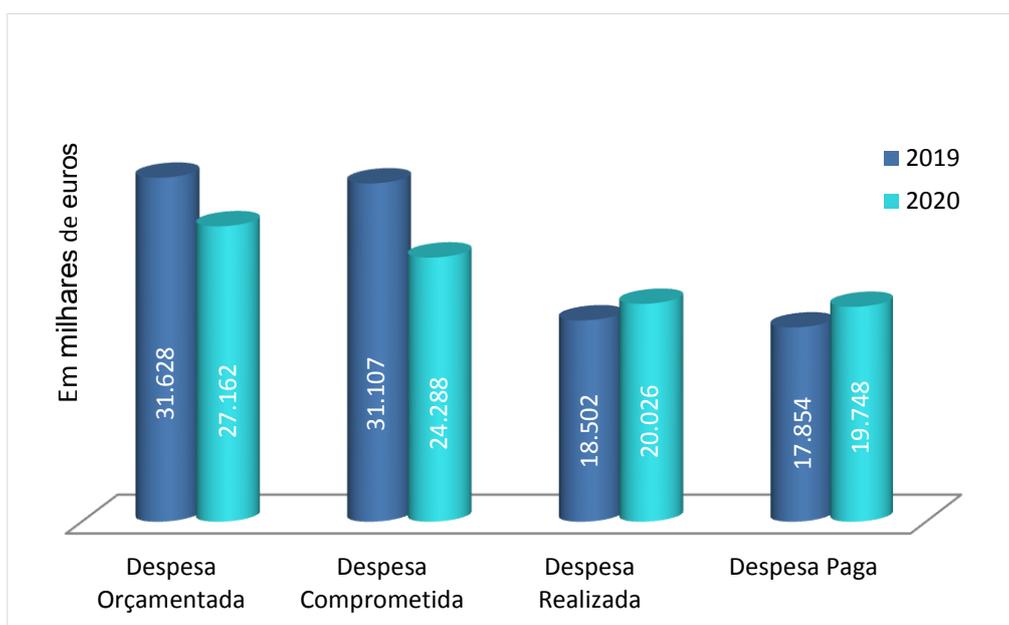
No final de 2020, a Despesa paga ascendeu a 19,7 milhões de euros, representando 72,7% da despesa orçamentada corrigida. Comparando com o ano anterior, verifica-se um acréscimo de quase 1,9 milhões de euros, tendo-se atingido o valor mais elevado dos últimos 4 anos, como se pode verificar no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Evolução da Despesa Paga



O Gráfico 9 representa a Despesa orçamentada, comprometida, realizada e paga, comparando idênticos critérios com o ano anterior:

Gráfico 9 - Evolução da Despesa por Tipo



Registe-se que os compromissos assumidos e não pagos foram de 4,5 milhões de euros, mas só 278 mil euros estavam faturados e não foram pagos. Em ambas as situações, verifica-se uma redução para cerca de um terço dos valores apurados no ano anterior.

1.2.1. Despesa por natureza económica - despesa corrente e de capital

A execução da Despesa Corrente paga foi de 76,6% relativamente à Despesa Orçamentada, correspondentes a 14,5 milhões de euros, e a Despesa de Capital paga teve uma execução de 63,8%, correspondentes 5,3 milhões de euros.

Relativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de 4,4% nas Despesas Correntes e um forte acréscimo das Despesas de Capital, que ascenderam a 93,9%.

Tudo pode ser verificado no Quadro 11:

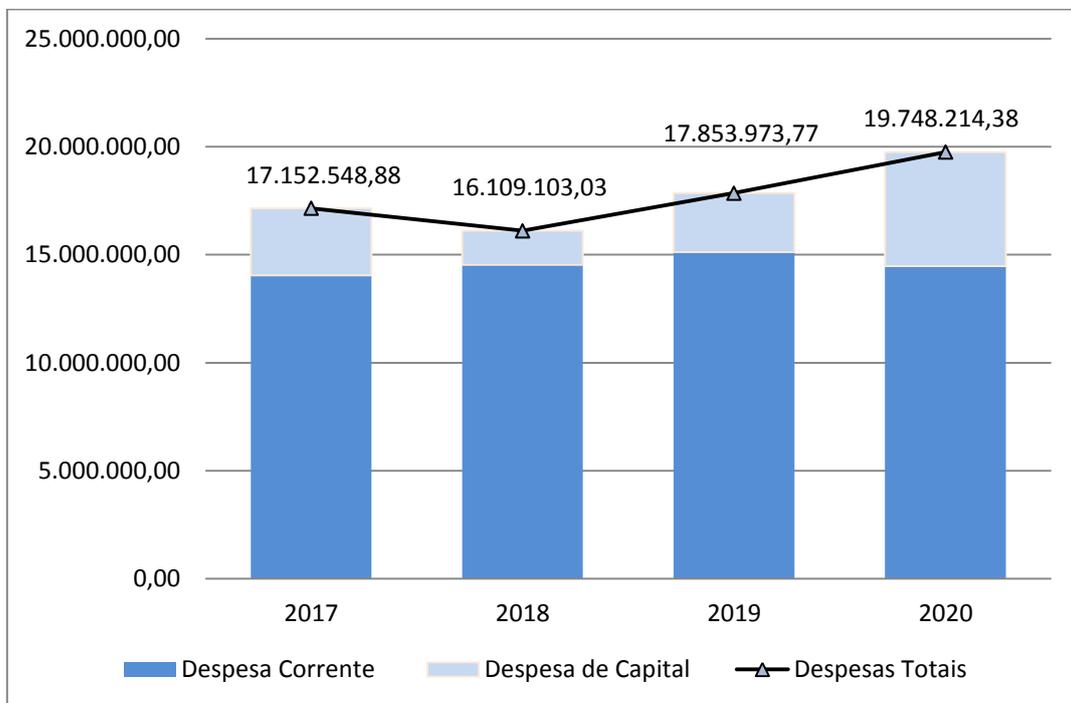
Quadro 11 - Evolução da Despesa por Económica

Rúbricas	2019			2020			Δ 2020/2019 %
	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	
Despesas c/ Pessoal	10.122.863,38	8.393.587,74	82,92	9.797.791,72	8.404.495,22	85,78	0,13
Aquisição Bens/Serviços	11.307.787,98	5.358.119,23	47,38	7.563.168,03	4.758.902,72	62,92	-11,18
Juros e Outros Encargos	28.203,55	1.280,46	4,54	41.487,99	18.487,69	44,56	1.343,83
Transf. Correntes	2.024.212,14	1.311.785,59	64,80	1.376.333,79	1.267.225,28	92,07	-3,40
Outras Desp. Correntes	678.415,06	64.111,20	9,45	106.136,00	16.146,50	15,21	-74,81
Despesas Correntes	24.161.482,11	15.128.884,22	62,62	18.884.917,53	14.465.257,41	76,60	-4,39
Aquisição Bens Capital	7.130.564,60	2.490.685,30	34,93	7.961.492,36	4.974.040,61	62,48	99,71
Transf. de Capital	199.980,00	142.227,81	71,12	252.968,84	246.215,57	97,33	73,11
Ativos Financeiros	59.256,00	59.256,00	100,00	29.628,00	29.628,00	100,00	-50,00
Passivos Financeiros	76.771,00	32.920,44	42,88	33.072,82	33.072,79	100,00	0,46
Outras Desp. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	7.466.571,60	2.725.089,55	36,50	8.277.162,02	5.282.956,97	63,83	93,86
Despesas Totais	31.628.053,71	17.853.973,77	56,45	27.162.079,55	19.748.214,38	72,71	10,61

Em 2020 a Despesa Corrente paga incidu sobretudo nas despesas com pessoal (8,4 milhões de euros), na aquisição de bens e serviços (4,7 milhões de euros) e nas Transferências Correntes (mais de 1,2 milhões de euros). Por seu turno, nas despesas de capital a aquisição de bens de capital, com um peso relativo de mais de 94%, abarca a quase totalidade deste tipo de despesa (mais de 4,9 milhões de euros).

No Gráfico 10 poder-se-á verificar a evolução da despesa paga nos últimos 4 anos:

Gráfico 10 - Evolução da Despesa (despesa corrente vs capital)



Nos Quadros 12 e 13 seguintes regista-se a evolução, nos dois últimos anos, da Despesa realizada e da Despesa paga, o primeiro na área das Despesas Correntes e o segundo na área das Despesas de Capital:

Quadro 12 - Evolução da Despesa Corrente

Rúbricas	Realizado		Pago	
	2019	2020	2019	2020
Despesas c/ Pessoal	8.512.576,81	8.602.421,81	8.393.587,74	8.404.495,22
Aquisição Bens/Serviços	5.435.963,37	4.805.437,06	5.358.119,23	4.758.902,72
Juros e Outros Encargos	1.280,46	18.487,69	1.280,46	18.487,69
Transf. Correntes	1.322.245,12	1.277.879,65	1.311.785,59	1.267.225,28
Outras Desp. Correntes	64.111,20	16.146,50	64.111,20	16.146,50
Despesas Correntes	15.336.176,96	14.720.372,71	15.128.884,22	14.465.257,41

Quadro 13 - Evolução da Despesa de Capital

Rúbricas	Realizado		Pago	
	2019	2020	2019	2020
Aquisição de Bens Capital	2.931.361,50	4.996.246,34	2.490.685,30	4.974.040,61
Transf. de Capital	142.227,81	246.215,57	142.227,81	246.215,57
Ativos Financeiros	59.256,00	29.628,00	59.256,00	29.628,00
Passivos Financeiros	32.920,44	33.072,79	32.920,44	33.072,79
Despesas de Capital	3.165.765,75	5.305.162,70	2.725.089,55	5.282.956,97

1.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2020 encerrou com uma Despesa orçamentada de mais de 27,1 milhões de euros e paga de 19,7 milhões de euros, ficando-se a taxa de execução nos 72,7%.

Esta percentagem resulta da conjugação duma taxa de execução da Despesa Corrente de 76,6% e duma taxa de execução da Despesa de Capital de 63,8%.

Relativamente às Despesas Correntes as rúbricas com maior taxa de execução são as Transferências Correntes (92,1%) e as Despesas com Pessoal (85,8%).

Em relação às Despesas de Capital as maiores taxas de execução aparecem nos Ativos Financeiros e nos Passivos Financeiros (ambas com 100%), conforme se pode comprovar no Quadro seguinte:

Quadro 14 - Execução da Despesa

Rúbricas	Dotação Final	Cabimentado		Comprometido		Realizado		Pago	
		€	%	€	%	€	%	€	%
Despesas c/ Pessoal	9.797.791,72	8.798.200,46	89,80	8.788.914,47	99,89	8.602.421,81	97,88	8.404.495,22	85,78
Aquisição Bens/Serviços	7.563.168,03	7.112.169,37	94,04	6.829.042,99	96,02	4.805.437,06	70,37	4.758.902,72	62,92
Juros e Outros Encargos	41.487,99	36.000,99	86,77	26.856,65	74,60	18.487,69	68,84	18.487,69	44,56
Transf. Correntes	1.376.333,79	1.370.238,95	99,56	1.365.950,99	99,69	1.277.879,65	93,55	1.267.225,28	92,07
Outras Desp. Correntes	106.136,00	59.295,42	55,87	59.095,42	99,66	16.146,50	27,32	16.146,50	15,21
Despesas Correntes	18.884.917,53	17.375.905,19	92,01	17.069.860,52	98,24	14.720.372,71	86,24	14.465.257,41	76,60
Aquisição de Bens Capital	7.961.492,36	7.195.569,11	90,38	6.909.548,06	96,03	4.996.246,34	72,31	4.974.040,61	62,48
Transf. de Capital	252.968,84	246.215,57	97,33	246.215,57	100	246.215,57	100	246.215,57	97,33
Ativos Financeiros	29.628,00	29.628,00	100	29.628,00	100	29.628,00	100	29.628,00	100
Passivos Financeiros	33.072,82	33.072,82	100	33.072,81	100	33.072,79	100	33.072,79	100
Despesas de Capital	8.277.162,02	7.504.485,50	90,66	7.218.464,44	96,19	5.305.162,70	73,49	5.282.956,97	63,83
Despesas Totais	27.162.079,55	24.880.390,69	91,60	24.288.324,96	97,62	20.025.535,41	82,45	19.748.214,38	72,71

1.2.3. Despesas com pessoal

A rubrica com maior peso no total da Despesa municipal reporta-se às Despesas com Pessoal. Justifica-se assim desenvolver melhor o tipo de custos envolvidos, remetendo-nos para os valores inseridos no Quadro 15:

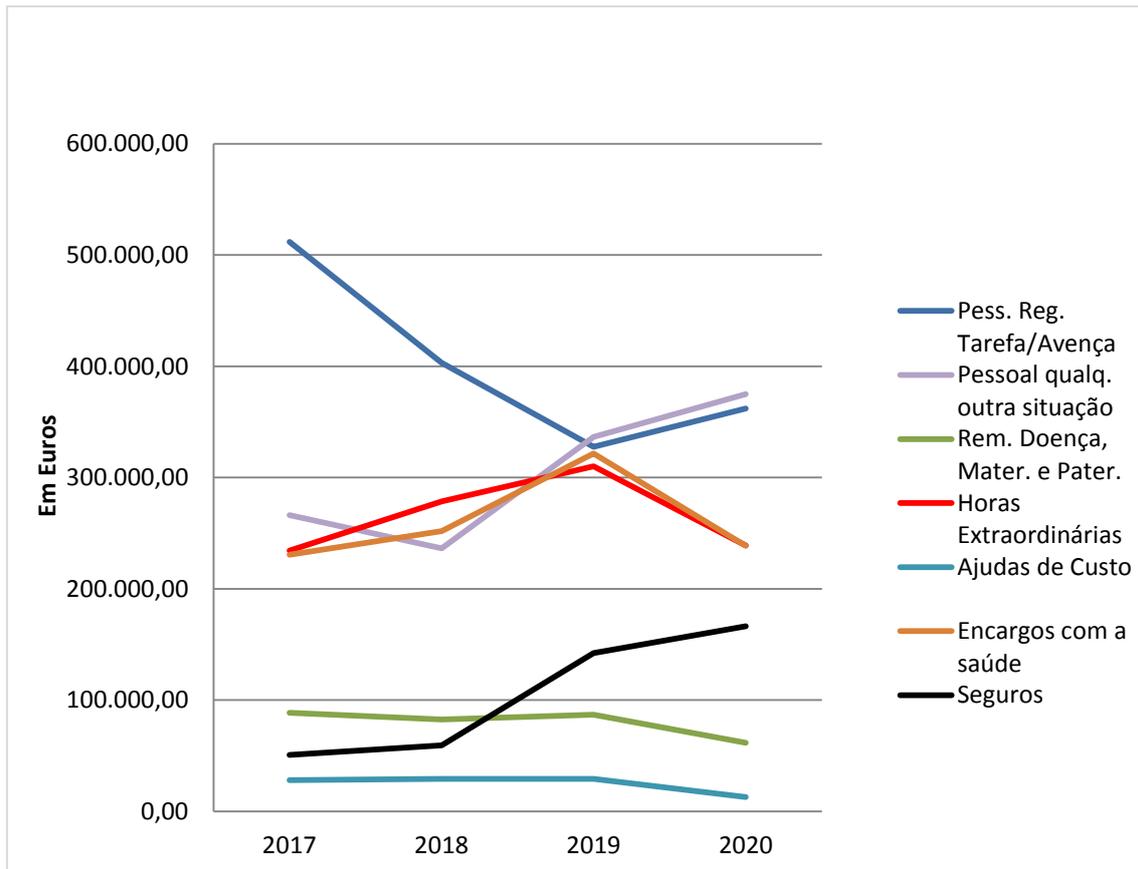
Quadro 15 - Evolução da Despesa Paga com Pessoal

Rúbricas	2017	2018	2019	2020	Δ 2020/2019 %
	€	€	€	€	%
Memb. Órgãos Autárquicos	143.358,90	155.285,48	154.915,77	151.415,53	-2,26
Pessoal Quadros - C. Individual Trab.	3.400.633,65	3.702.126,91	3.853.479,54	3.912.734,35	1,54
Pess. Contratado a Termo	8.410,36	0,00	0,00	6.723,36	∞
Pess. Reg. Tarefa/Avença	511.927,24	403.197,34	327.638,15	362.017,79	10,49
Pess. Aguardando Aposentação	4.395,39	3.426,87	4.337,81	11.028,96	154,25
Pessoal Qualq. Outra Situação	266.169,92	236.417,01	336.392,32	374.911,14	11,45
Despesas de Representação	37.995,77	38.209,08	42.150,53	43.675,96	3,62
Subsidio de Refeição	420.926,79	452.625,30	454.476,06	474.817,93	4,48
Sub. Férias e de Natal	654.568,11	718.098,21	755.578,61	776.275,81	2,74
Rem. Doença, Mater. e Pater.	88.546,72	82.650,43	86.933,95	61.473,20	-29,29
Horas Extraordinárias	234.223,47	278.423,23	310.033,27	238.898,29	-22,94
Ajudas de Custo	28.120,65	29.260,96	29.067,80	12.903,23	-55,61
Abono para Falhas	21.527,02	22.783,62	19.796,92	11.461,33	-42,11
Sub. de Turno e Sub. Trab. Noturno	71.456,02	75.637,22	80.257,22	74.936,50	-6,63
Outros Supl. e Prémios	14.491,48	17.290,19	18.680,96	12.156,36	-34,93
Encargos com a Saúde	230.558,46	251.921,95	321.690,97	238.685,06	-25,80
Outros Encargos com a Saúde	44.604,91	37.617,71	62.822,34	54.321,43	-13,53
Sub. Familiar Crianças/Jovens	37.382,81	44.156,99	36.984,11	35.805,83	-3,19
Outras Prest. Familiares	8.723,46	4.708,87	3.427,17	2.420,00	-29,39
Contribuições CGA	744.062,63	732.791,44	737.613,18	734.760,06	-0,39
Contribuições Regime Geral	421.167,11	513.371,01	590.052,82	618.352,38	4,80
Outras Cont. para a Seg. Social	11.812,15	13.237,41	11.531,54	16.733,38	45,11
Acidentes em Serv./Doenç. Profission.	8.150,58	31.809,42	9.878,91	9.172,02	-7,16
Seguros	50.708,06	59.130,35	142.243,80	166.342,11	16,94
Outras Despesas Seg. Social	1.743,05	4.756,27	3.603,99	2.473,21	-31,38
TOTAL DESPESAS c/ Pessoal	7.465.664,71	7.908.933,27	8.393.587,74	8.404.495,22	0,13

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de pouco mais de 0,1% no conjunto das despesas aqui consideradas. Na generalidade dos casos, verifica-se que o tipo de despesas que apresentam um maior grau de flexibilidade sofreram uma diminuição dos custos que lhe estão imputados, em resultado da eliminação de várias atividades inicialmente programadas, por força da situação pandémica existente.

Utilizando um filtro que selecione as variações superiores a 10 mil euros e pelo menos 10%, no Gráfico 11 apresenta-se a evolução das 7 rúbricas que preenchem aquele critério:

Gráfico 11 - Evolução de algumas Despesas com Pessoal



Uma breve referência ao único dos indicadores suprarreferidos que apresenta, ao longo dos 4 anos considerados, uma tendência sempre crescente: é o caso dos Seguros com o pessoal, que, naqueles quatro anos, mais que triplicou o respetivo valor.

1.2.4. Compromissos e responsabilidades anos seguintes

No Quadro 16 seguinte vão indicados os valores dos compromissos assumidos que implicam responsabilidades em anos futuros, subdivididos por diferentes áreas de intervenção:

Quadro 16 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes

Finalidade	2021	2022	2023	2024	> 2024
Apoio ao Emprego e Formação	279.803,12	63.232,50	35.959,00	0,00	0,00
Energia e Combustíveis	648.444,77	1.976,80	0,00	0,00	0,00
Desporto	547.326,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Requalificação Urbana	1.989.890,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	505.719,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações e Redes de Dados	110.990,57	108.764,95	15.122,17	0,00	0,00
Ação Social	38.648,36	4.448,36	2.736,27	0,00	0,00
Ambiente e Abastec. Público	40.033,38	20.910,00	10.455,00	0,00	0,00
Proteção Civil e Vigilância	41.942,71	25.251,47	948,61	0,00	0,00
Atividades de Âmbito Geral	332.992,35	250.477,67	351.299,97	218.399,02	2.235.340,58
TOTAL	4.535.791,73	475.061,75	416.521,02	218.399,02	2.235.340,58

1.3. Resultado Orçamental

No Quadro 17 seguinte evidencia-se a Receita total cobrada e a Despesa total paga, relativamente aos últimos 4 anos. Igualmente se inscrevem os saldos de gerência apurados.

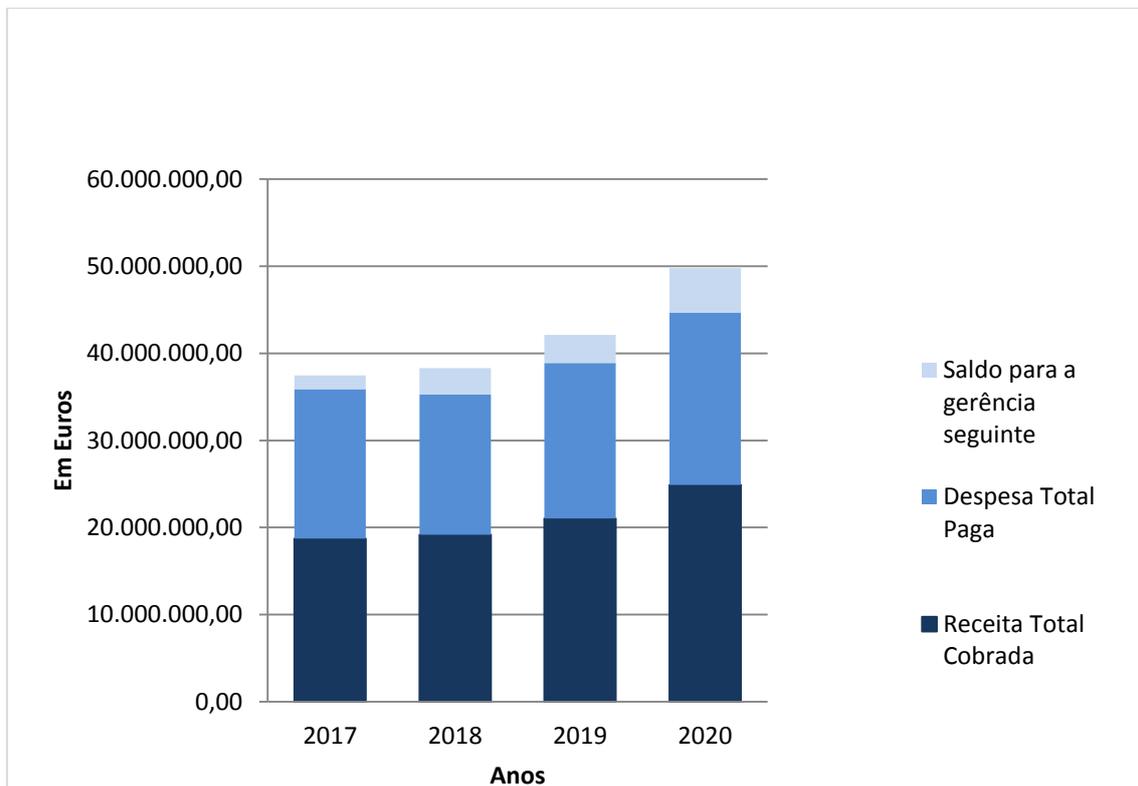
Verifica-se um contínuo aumento dos saldos de gerência desde 2017, especialmente significativo no último ano, em função da melhoria muito apreciável da taxa de execução da Receita orçamental, reforçado pela subida, menos acentuada, verificada no lado da Despesa.

Quadro 17 - Receita vs Despesa

	2017 €	2018 €	2019 €	2020 €
Receita Total Cobrada	18.728.298,67	19.161.264,20	21.056.140,76	24.896.717,45
Despesa Total Paga	17.152.548,88	16.109.103,03	17.853.973,77	19.748.214,38
Saldo para a Gerência Seguinte	1.575.749,79	3.052.161,17	3.202.166,99	5.148.503,07

Graficamente, este quadro apresenta-se como segue:

Gráfico 12 - Receita/Despesa/Saldo de Gerência



As Receitas de Capital cobradas foram insuficientes para liquidar as Despesas de Capital geradas, pelo que a poupança obtida no saldo corrente foi parcialmente utilizado para financiar aquelas despesas. É o que se pode verificar no Quadro 18 seguinte:

Quadro 18 - Resultado Orçamental

	2020
Receita corrente cobrada	16.944.458,07
Despesa corrente paga	14.465.257,41
Poupança corrente	2.479.200,66
Receita de capital cobrada	4.715.627,91
Despesa de capital paga	5.282.956,97
Saldo de capital	-567.329,06
Receita total cobrada	21.660.085,98
Despesa total paga	19.748.214,38
Saldo da gerência anterior	3.236.631,47
Saldo orçamental	5.148.503,07

1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresentam-se a comparação, para os dois últimos anos, dos principais indicadores orçamentais.

Quadro 19 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2019	2020
Da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	18,77	24,45
Impostos Indiretos / Receitas Correntes	0,52	0,10
Transferências Correntes / Receitas Correntes	59,54	56,69
Transferências Capital / Receitas de Capital	83,31	82,63
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	16,40	14,36
Receitas Correntes / Receitas Totais	72,58	68,06
Receitas Capital / Receitas Totais	12,84	18,94
Da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	55,48	58,10
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	35,42	32,90
Transferências Correntes / Despesas Correntes	8,67	8,76
Aquisição de Bens de Investimento / Despesas de Capital	91,40	94,15
Transferências Capital / Despesas de Capital	5,22	4,66
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	1,21	0,63
Despesas Correntes / Despesas Totais	84,74	73,25
Despesas de Capital / Despesas Totais	15,26	26,75
Da Capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas (quociente)	1,18	1,26
Receitas Próprias de Funcionamento € (1)	19.777.073,16	21.811.749,41
Despesas Correntes + Passivos Financeiros €	15.161.804,66	14.498.330,20
Prazo médio Pagamentos (em dias)	23	26

(1) De acordo com o SNC-AP correspondem às Receitas Totais abatidas das Transferências da EU e dos Passivos.

2. Análise económico-financeira

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas das entidades públicas.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

Em 2020, o Município de Alcácer do Sal, passou a aplicar o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico foi 1 de janeiro de 2020.

Desta forma, e de acordo com as instruções constantes no manual de Implementação relativamente à aplicação pela primeira vez do SNC-AP, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, a informação comparativa relativa ao ano de 2019 é baseada no POCAL, tendo sido efetuada uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o novo referencial.

Face ao exposto, esta situação implica a perda de comparabilidade entre 2020 e 2019, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021.

A falta de comparabilidade acima referida é especialmente visível nas seguintes rubricas:

- Propriedades de investimento/Ativos fixos tangíveis
- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis/Outras contas a receber

- Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos/Outras contas a pagar
- Outras variações no património líquido/Proveitos diferidos

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma análise da contabilidade de gestão no Município de Alcácer do Sal.

2.1. Balanço

Em 2020 o ativo do Município de Alcácer do Sal ultrapassou os 66,5 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de cerca de 1,3 milhões de euros face ao ano de 2019 representando uma quebra de (-1,99%).

Quadro 20 - Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2020	2019	Δ	Δ
			2020/2019	2020/2019
			€	%
Ativos fixos tangíveis	42.776.132,75	53.919.807,75	-11.143.675,00	-20,67%
Propriedades de investimento	10.813.493,22	1.363.425,24	9.450.067,98	693,11%
Ativos intangíveis	112.620,06	1.740,97	110.879,09	6368,81%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	--
Participações financeiras	533.304,00	533.304,00	0,00	0,00%
Devedores emp. bonif. e sub. reemb.	0,00	0,00	0,00	--
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	--
Ativo não corrente	54.235.550,03	55.818.277,96	-1.582.727,93	-2,84%
Inventários	421.679,42	374.029,87	47.649,55	12,74%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	--
Devedores transf. e sub. não reemb.	3.915.718,29	5.963.677,48	-2.047.959,19	-34,34%
Devedores emp. bonif. e sub. reemb.	0,00	0,00	0,00	--
Clientes, contribuintes e utentes	379.369,23	352.010,07	27.359,16	7,77%
Estado e outros entes públicos	88.818,43	70.980,22	17.838,21	25,13%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a receber	2.141.215,21	1.828.709,86	312.505,35	17,09%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	--
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	--
Caixa e depósitos	5.412.400,70	3.539.773,57	1.872.627,13	52,90%
Ativo corrente	12.359.201,28	12.129.181,07	230.020,21	1,90%
Total do Ativo	66.594.751,31	67.947.459,03	-1.352.707,72	-1,99%

Da análise às variações da estrutura do ativo podemos constatar que os Ativos Fixos Tangíveis em 2020 representam 64% do total do ativo e registam uma quebra de cerca de 11,1 milhões de euros face ao ano anterior. Esta diminuição deve-se sobretudo à reclassificação de bens originada pela transição do POCAL para o SNC-AP e a abates ocorridos em 2020.

Quanto às Propriedades de Investimento, assistimos a um acréscimo na ordem dos 9,4 milhões de euros face a 2019, também motivado maioritariamente pela reclassificação de bens originada na transição do POCAL para o SNC-AP.

Na rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis verifica-se uma diminuição de cerca de 2 milhões de euros face a 2019. Este facto está fortemente influenciado pela correção da vida útil dos bens, aquando da transição do POCAL para o SNC-AP, que implicou a correção do período de diferimento dos proveitos.

As dívidas de terceiros representam 3,78% do ativo e tiveram um ligeiro acréscimo face a 2019 onde representavam 3,21%.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 3,5 milhões de euros em 2019 para 5,4 milhões em 2020.

As disponibilidades finais ascendem a 5.412.400,70€, dos quais 5.148.503,07€ se referem a operações orçamentais, e que agora se propõe serem incorporados nas receitas de 2021 na rubrica Saldo para a Gerência Seguinte.

Quadro 21 - Evolução do passivo

Componentes do Passivo	2020	2019	Δ	Δ
			2020/2019	2020/2019
			€	%
Provisões	573.411,72	573.411,72	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	1.169.739,62	513.588,44	656.151,18	127,76%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	--
Resp. benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a pagar	250.194,86	193.477,20	56.717,66	29,31%
Passivo não corrente	1.993.346,20	1.280.477,36	712.868,84	55,67%
Credores transf. e sub. não reemb. concedidos	0,00	3.133,32	-3.133,32	-100,00%
Fornecedores	380.250,80	189.977,76	190.273,04	100,16%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	--
Estado e outros entes públicos	191.658,71	184.517,84	7.140,87	3,87%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Financiamentos obtidos	20.791,51	33.076,32	-12.284,81	-37,14%
Fornecedores de investimentos	128.451,81	434.959,41	-306.507,60	-70,47%
Outras contas a pagar	1.421.845,95	1.815.775,67	-393.929,72	-21,69%
Diferimentos	7.502.093,73	15.346.584,84	-7.844.491,11	-51,12%
Passivos finan. detidos para neg.	0,00	0,00	0,00	--
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Passivo corrente	9.645.092,51	18.008.025,16	-8.362.932,65	-46,44%
Total do Passivo	11.638.438,71	19.288.502,52	-7.650.063,81	-39,66%

Em relação ao passivo, o Município de Alcácer do Sal fechou o ano com um valor de cerca de 11,6 milhões de euros, sendo constituído em 17% por passivo não corrente e em 83% por passivo corrente. Relativamente ao ano transato verificou-se que o passivo corrente sofreu um decréscimo de 10,5% por contrapartida de idêntico incremento do passivo não corrente.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 39,66%, que resulta da descida do passivo corrente face a 2019 em cerca de 46% e da subida do passivo não corrente face ao mesmo período em cerca de 55%.

No caso do passivo não corrente a subida deve-se sobretudo aos financiamentos obtidos que registam um incremento de mais de 656 mil euros. Já do lado do passivo corrente o forte decréscimo fica a dever-se sobretudo à rubrica de diferimentos que apresenta uma quebra superior a 7,8 milhões de euros e explica-se essencialmente com a alteração de critério na contabilização das amortizações técnicas derivadas da correção da vida útil dos bens aquando da transição do POCAL para o SNC-AP.

Algumas destas contas não têm comparabilidade com o ano anterior por causa da transição para o novo normativo que, em algumas circunstâncias, não distingue os valores de passivo corrente e passivo não corrente.

Quadro 22 - Evolução do património líquido

Componentes do Património Líquido	2020	2019	Δ	Δ
			2020/2019	2020/2019
			€	%
Património/Capital	46.106.839,05	46.036.519,05	70.320,00	0,15%
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	--
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	--
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	--
Reservas	859.481,85	859.481,85	0,00	0,00%
Resultados transitados	-917.188,33	2.031.231,05	-2.948.419,38	-145,15%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	--
Outras variações no Património				
Líquido	7.825.634,93	706.401,63	7.119.233,30	1007,82%
Resultado líquido do período	1.081.545,10	-974.677,07	2.056.222,17	-210,96%
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	--
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	--
Total do Património Líquido	54.956.312,60	48.658.956,51	6.297.356,09	12,94%

Os fundos próprios do Município de Alcácer do Sal passaram a totalizar cerca de 54,9 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 6,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é sobretudo consequência das correções efetuadas pela aplicação, pela 1ª vez do SNC-AP, como já foi referido anteriormente.

O resultado líquido ascende a cerca de 1,1 milhões de euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um acréscimo, face ao ano anterior, da ordem dos 2 milhões de euros.

2.2. Demonstração de resultados

Os rendimentos em 2020 foram cerca de 18,1 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 16,9 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 4,6% dos rendimentos e uma diminuição de 6,9% dos gastos.

Efetuada uma análise aos gastos de 2020, podemos concluir que houve uma diminuição superior a 1,2 milhões de euros face a 2019.

Quadro 23 - Evolução dos gastos

Gastos	2020	2019	Δ	Δ
			2020/2019	2020/2019
			€	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	403.698,23	318.233,39	85.464,84	26,86%
Fornecimentos e serviços externos	4.665.075,80	5.459.089,94	-794.014,14	-14,54%
Gastos com pessoal	8.150.886,35	8.145.674,51	5.211,84	0,06%
Transferências e subsídios concedidos	1.167.456,77	1.100.494,95	66.961,82	6,08%
Outros gastos	369.457,91	284.466,71	84.991,20	29,88%
Gastos de depreciação e amortização	2.196.046,79	2.353.441,12	-157.394,33	-6,69%
Provisões do período	0,00	573.411,72	-573.411,72	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	19.163,38	1.853,07	17.310,31	934,14%
Total	16.971.785,23	18.236.665,41	-1.264.880,18	-6,94%

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, as transferências e subsídios correntes concedidos, outros gastos, bem como os juros suportados, registaram um aumento comparativamente com 2019.

Há semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os relativos com o pessoal (48,0%) e os fornecimentos e serviços externos (27,5%). Analisando o período de 2020, para estas duas rubricas de maior peso temos nos fornecimentos e serviços externos uma diminuição de 14,54% face a 2019 e nos gastos com o pessoal registou-se um aumento insignificante de 0,06% face ao ano transato.

As amortizações do exercício registaram uma diminuição de cerca de 150 mil euros em relação a 2019. As provisões do período baixaram totalmente (100%) porque, ao contrário do ano transato, em 2020 não houve necessidade de reforçar esta rubrica.

Segue a análise dos rendimentos de 2020.

Quadro 24 - Evolução dos proveitos

Proveitos	2020	2019	Δ	Δ
			2020/2019	2020/2019
			€	%
Impostos, contribuições e taxas	4.868.850,69	3.094.165,34	1.774.685,35	57,36%
Vendas	21.223,45	19.126,96	2.096,49	10,96%
Prestações de serviços e concessões	2.006.485,18	2.226.200,72	-219.715,54	-9,87%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.608.299,60	10.475.389,23	-867.089,63	-8,28%
Imparidade inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	12.281,62	0,00	12.281,62	--
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.280,27	29.838,69	-17.558,42	-58,84%
Outros rendimentos	1.523.417,71	1.416.499,90	106.917,81	7,55%
Juros e rendimentos similares obtidos	491,81	767,50	-275,69	-35,92%
Total	18.052.838,52	17.261.220,84	791.617,68	4,59%

Nos proveitos, os impostos, contribuições e taxas são a componente que apresenta uma maior variação positiva (superior a 57%) relativamente ao ano anterior, correspondendo a um acréscimo de mais de 1,7 milhões de euros. Como já foi referido anteriormente, esta situação deveu-se aos incrementos do IMT e do IMI verificado em 2020.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se uma diminuição superior a 35%, o que, contudo, representa materialmente apenas um decréscimo de cerca de 275 euros. A rubrica de transferências e subsídios obtidos totaliza 9,6 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 8,28%, correspondendo a uma quebra de cerca de 867 mil euros.

A componente imparidade de dívidas a receber, apesar de registar uma diminuição superior a 58%, corresponde apenas a um decréscimo de cerca de 17 mil euros, resultado da realidade apresentada no exercício de 2020.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

Apesar de existir perda de comparabilidade nesta transição do POCAL para o SNC-AP não se deixam de apresentar alguns indicadores económico-financeiros.

Quadro 25 - Indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2020	2019
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	83%	72%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	4,72	2,52
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,28	0,67
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	0,56	0,20

2.4. Endividamento municipal

Os limites de endividamento surgiram com a entrada em vigor da Lei n.º 2 de 2007, de 15 janeiro. Em 2014 houve alteração nos cálculos do limite de endividamento e no apuramento da dívida total, de acordo com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, alterada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março e pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, consideram-se os limites da Dívida Total para 2020, como se transcreve:

“1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Os limites da Dívida Total em 2020, para o município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL e validada pelos serviços para o 4º trimestre 2020, calculados de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 23.118.472€;
- A Dívida Total municipal (incluindo entidades relevantes) foi de 2.333.891€;
- A Dívida Total municipal (excluindo não orçamentais, capital excecionado (empréstimos) e FAM) foi de 968.991€;
- Ficando assim uma margem absoluta de 22.219.481€. Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é apenas 20% daquele valor, ou seja, 4.443.896€, da qual se encontra por utilizar 3.474.905€.

O valor da Dívida Total municipal registado em 2020 sofreu uma diminuição, quando comparado com os valores apurados de 2019, (extraídos da Ficha do município – Prestação de Contas 2019 – DGAL), de 7% que corresponde ao valor de 75.890€.

Podemos assim inferir que o município de Alcácer do Sal mantém uma posição cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2020.

3. Contabilidade de gestão

A contabilidade de custos é um instrumento de gestão interna que permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal complementa a contabilidade orçamental (na ótica da despesa e da receita) e a contabilidade patrimonial (alterações na composição ou valor do património) e apura resultados mensais a partir dos quais se obtêm informações que ajudam na tomada de decisão dos órgãos de gestão e administração.

O apuramento dos custos dos bens, serviços e funções, corresponde ao apuramento dos custos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira. Todos os custos e perdas do município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Custos Diretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação são facilmente observáveis para algum bem ou serviço, e que são, obviamente, também diretos à função a que o bem ou serviço diz respeito.

Custos Diretos a uma Função e Indiretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação não é direta a um bem ou serviço, mas que são repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam, ou seja, estes custos não se conseguem atribuir diretamente a um bem ou serviço mas conseguem-se identificar com uma função.

Custos Indiretos a Funções – custos de carácter genérico, que não se conseguem atribuir diretamente a uma função, são custos gerais e deverão ser repartidos indiretamente por todas as funções.

Custos não Incorporáveis – são custos que, pela sua natureza ou causa, não são imputáveis a qualquer função, bem ou serviço.

O SNC-AP, na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, tem como objetivo estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

O nosso objetivo é por isso passarmos da contabilidade de custos, que temos hoje implementada, para uma contabilidade de gestão, mais abrangente, que para além dos gastos, apure as receitas e as reparta também aos bens, serviços e funções do município, possibilitando uma melhor análise dos resultados.

3.1. Análise de custos por funções

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP.

Os custos por funções dividem-se em quatro grandes grupos: as funções gerais, as sociais, as económicas e por último as outras funções, como podemos observar no Quadro 26.

Quadro 26 - Custos por funções

Código	Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Total
1	Funções Gerais	1.374.803,50	4.422.669,68	5.797.473,18
111	Administração Geral	1.153.014,73	4.380.112,61	5.533.127,34
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	221.788,77	42.557,07	264.345,84
2	Funções Sociais	6.073.426,83	2.186.547,74	8.259.974,57
211	Ensino Não Superior	508.160,52	256.268,94	764.429,46
212	Serviços Auxiliares de Ensino	407.860,22	6.421,32	414.281,54
221	Serviços Individuais de Saúde	13.535,79	26.580,86	40.116,65
232	Ação Social	259.981,33	110.823,14	370.804,47
241	Habitação	45.804,13	28.900,45	74.704,58
242	Ordenamento do Território	0,00	16.879,08	16.879,08
243	Saneamento	598.037,35	297.426,56	895.463,91
244	Abastecimento de Água	1.230.597,12	303.538,72	1.534.135,84
245	Resíduos Sólidos	910.078,58	163.216,90	1.073.295,48
246	Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	591.412,49	221.705,93	813.118,42
251	Cultura	753.204,61	404.916,12	1.158.120,73
252	Desporto, Recreio e Lazer	670.344,03	349.869,72	1.020.213,75
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	84.410,66	0,00	84.410,66
3	Funções Económicas	932.521,58	1.132.071,29	2.064.592,87
320	Indústria e Energia	222.889,32	119.539,74	342.429,06
331	Transportes Rodoviários	558.101,95	804.482,10	1.362.584,05
333	Transportes Fluviais	9.848,69	0,00	9.848,69
341	Mercados e Feiras	46.441,16	81.113,60	127.554,76
342	Turismo	95.240,46	126.591,45	221.831,91
350	Outras Funções Económicas	0,00	344,40	344,40
4	Outras Funções	47.081,48	232.765,60	279.847,08
410	Operações da Dívida Autárquica	0,00	18.474,69	18.474,69
420	Transferências entre Administrações	0,00	199.916,69	199.916,69
430	Diversas Não Especificadas	47.081,48	14.374,22	61.455,70
Total		8.427.833,39	7.974.054,31	16.401.887,70

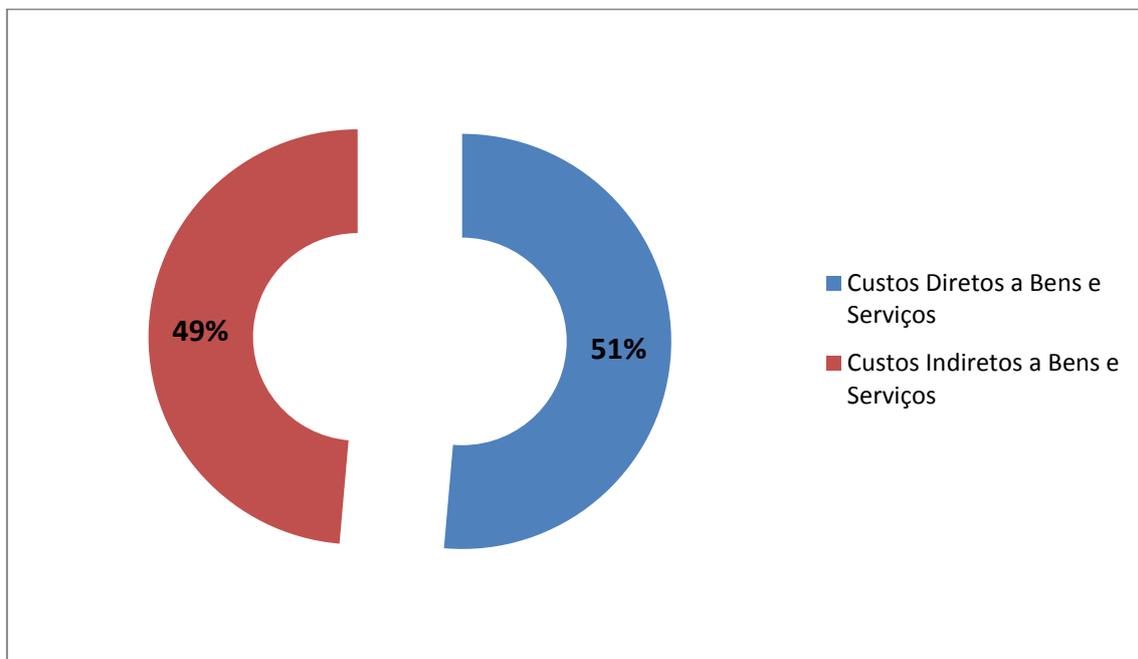
As funções sociais são as que representam um maior peso na estrutura do município de Alcácer do Sal, correspondendo a 50% do total dos custos, que representam cerca de 8,3 milhões de euros. Dentro destas funções, as sociais, destacamos o abastecimento de água, a cultura, os resíduos sólidos e, por último o desporto, recreio e lazer, que representam 58% deste grande grupo.

A seguir com maior peso nos custos da autarquia vêm as funções gerais, que representam 35% do total correspondendo a cerca de 5,8 milhões de euros, que se referem quase integralmente às despesas com a administração geral.

Já as funções económicas representam cerca de 2,1 milhões de euros, 13% do total dos custos, sendo que a maior fatia foi imputada aos transportes rodoviários.

Por último, a função outras funções, representa apenas 1,7% do valor do total dos custos do município, correspondentes a cerca de 280 mil euros.

Gráfico 13 - Custos por funções



Deste gráfico concluímos que os custos diretos a bens e serviços são ligeiramente superiores aos indiretos, representando respetivamente, 51% e 49%, como se pode observar no gráfico seguinte. Não se registam quaisquer custos indiretos às funções.

Ao observarmos o Quadro 27, verificamos um decréscimo do valor total dos custos por funções do ano 2019 para o ano 2020, no valor de sensivelmente 1,2 milhões de euros.

Nas primeiras duas funções houve uma variação de cerca de 8%. Enquanto nas funções gerais essa variação foi positiva, em cerca de 411 mil euros, devendo-se ao investimento na rubrica administração geral. Nas funções sociais a variação foi negativa, em cerca de 732 mil euros, por força do decréscimo nas rubricas serviços auxiliares de ensino, proteção meio ambiente e conservação da natureza, cultura e desporto, recreio e lazer.

As funções económicas também sofreram um decréscimo, referente sobretudo aos mercados e feiras no valor de cerca de 771 mil euros que representa 86% dos custos totais.

Nas outras funções voltou a haver um acréscimo de sensivelmente 9%, devendo-se sobretudo ao aumento nas operações da dívida autárquica no valor de cerca de 18 mil euros.

Quadro 27 - Evolução dos custos por funções

Código	Designação	Custos por Funções 2019	Custos por Funções 2020	Δ 2020/2019
1	Funções Gerais	5.386.535,84	5.797.473,18	7,63%
111	Administração Geral	5.082.604,63	5.533.127,34	8,86%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	303.931,21	264.345,84	-13,02%
2	Funções Sociais	8.992.010,77	8.259.974,57	-8,14%
211	Ensino Não Superior	844.060,27	764.429,46	-9,43%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	592.190,80	414.281,54	-30,04%
221	Serviços Individuais de Saúde	36.195,37	40.116,65	10,83%
232	Ação Social	359.229,55	370.804,47	3,22%
241	Habitação	55.172,18	74.704,58	35,40%
242	Ordenamento do Território	16.367,27	16.879,08	3,13%
243	Saneamento	919.768,12	895.463,91	-2,64%
244	Abastecimento de Água	1.620.465,01	1.534.135,84	-5,33%
245	Resíduos Sólidos	972.334,87	1.073.295,48	10,38%
246	Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1.009.769,25	813.118,42	-19,47%
251	Cultura	1.297.235,87	1.158.120,73	-10,72%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.227.539,56	1.020.213,75	-16,89%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	41.682,65	84.410,66	102,51%
3	Funções Económicas	2.967.094,60	2.064.592,87	-30,42%
320	Indústria e Energia	455.677,87	342.429,06	-24,85%
331	Transportes Rodoviários	1.306.444,63	1.362.584,05	4,30%
333	Transportes Fluviais	749,37	9.848,69	1214,26%
341	Mercados e Feiras	898.402,34	127.554,76	-85,80%
342	Turismo	305.119,26	221.831,91	-27,30%
350	Outras Funções Económicas	701,13	344,40	-50,88%
4	Outras Funções	257.150,58	279.847,08	8,83%
410	Operações da Dívida Autárquica	1.288,76	18.474,69	1333,52%
420	Transferências entre Administrações	196.677,58	199.916,69	1,65%
430	Diversas Não Especificadas	59.184,24	61.455,70	3,84%
Total		17.602.791,79	16.401.887,70	-6,82%

4. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de 1.081.545,10€ tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 54.077,26€, correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor de 1.027.467,84€ seja transferido para a conta 51 – Património.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	DESIGNAÇÃO	SNC- -AP	Documento TC
57	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	-	-
58	Reconciliação para balanço de abertura SNC-AP	NCP1	-
59	Adoção pela 1ª vez do SNC-AP - divulgação transitória	NCP1	-
64	Balanço	NCP1	A1
65	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
66	Demonstração das alterações no património líquido	NCP1	A1
67	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
68	Anexo às demonstrações financeiras	NCP1	A1
89	Anexo I - Caracterização da entidade	NCP1	A4
93	Anexo II - Organograma	NCP1	A1
95	Anexo III - Empréstimos obtidos - empréstimos bancários	NCP1	A5
96	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	-	-
97	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
98	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A1
99	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A1
100	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
101	Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	-	NT1/2017
102	Anexo às demonstrações orçamentais	-	-
104	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A1
105	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A1
106	Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
107	Operações de tesouraria	NCP26	A1
108	Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP26	A1
109	Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP26	A1
110	Transferências e subsídios - receita	NCP26	A1
111	Transferências e subsídios - despesa	NCP26	A1
112	Certificação legal de contas e Parecer do revisor oficial de contas	-	A4
113	OUTROS DOCUMENTOS	-	-
114	Anexo IV - Declaração de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA	-	-
116	Anexo V - Declaração de pagamentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
118	Anexo VI - Declaração de recebimentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
120	Anexo VII - Resumo diário de tesouraria	-	-
121	Anexo VIII - Síntese das reconciliações bancárias	-	A4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reconciliação para balanço de abertura SNC-AP

Adoção pela 1ª vez do SNC-AP - divulgação transitória

Notas explicativas às demonstrações financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Com a transição do POCAL para SNC-AP, foram várias as situações que afetaram as demonstrações financeiras do município. Existiram alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos.

1) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo contabilístico (POCAL).

A estrutura concetual da informação financeira pública, prevista no SNC-AP, estabelece que a informação proporcionada pelo relato financeiro incide genericamente, sobre:

- A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa;
- O relato da informação financeira, orçamental e não financeira acerca da prestação de serviços efetuados;
- A Informação financeira e não financeira prospetiva; e,
- A informação relativa aos fatores mais importantes subjacentes ao desempenho do serviço da autarquia no período de relato e os pressupostos que suportam as expectativas sobre as suas atividades futuras, bem como os fatores que as influenciam.

2) Reconciliação do patrimônio líquido relatado em POCAL em 31/12/2019 com o patrimônio líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2020

Assim, na adoção do novo referencial contabilístico foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Patrimônio líquido 31-12-2019 - POCAL	48.658.956,51
Ajustamentos de transição	1.791.286,61
Transferência de subsídios ao investimento	13.115.226,40
Patrimônio líquido 01-01-2020 - SNC-AP	59.982.896,30

Os ajustamentos que foram aplicáveis, resultantes da mudança das políticas contabilísticas do POCAL para o SNC-AP, estão reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta “564 – Ajustamentos de transição” para o SNC-AP em saldos iniciais do exercício de 2020.

Detalhes dos ajustamentos

Rúbricas	Valor
42 - Propriedades de investimento	56.844,19
43 - Ativos fixos tangíveis	3.785.836,39
59 - Transferências e subsídios de capital	-2.051.393,97
564 - Ajustamentos de transição	1.791.286,61

Conforme previsto no POCAL, até 31 de dezembro de 2019, o Município reconhece em imobilizado incorpóreo um conjunto de despesas que à luz da NCP 3 – Ativos intangíveis, não cumprem os critérios para serem reconhecidos como ativos intangíveis;

A aplicação da norma NCFR 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação determina que as transferências e subsídios não reembolsáveis para a aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis e outras transferências e subsídios sejam apresentados como componentes do Patrimônio. No normativo POCAL estes subsídios eram apresentados como componente do passivo, em acréscimos e diferimentos.

3) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultados segundo as NCP relativo ao mesmo período

Não houve qualquer alteração no resultado líquido segundo o relato em POCAL em 31 de dezembro de 2019 e o SNC-AP em 1 de janeiro de 2020.

4) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o ponto 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP)

Não aplicável

5) Distinção nas reconciliações das alíneas (2) e (3), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas segundo os normativos anteriores

Na transição para o SNP-AP, foram detetados alguns lapsos ou erros de cálculo que foram ajustados aos valores da contabilidade. Efetivamente, os subsídios ao investimento já haviam sido carregados na anterior aplicação, em POCAL, mas não eram utilizados no cálculo do diferimento dos proveitos.

O valor corrigido é de -144.519,69€.

6) As presentes demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NCP não são as primeiras demonstrações financeiras do Município de Alcácer do Sal

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras pelo Município de Alcácer do Sal de acordo com as NCP.

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no Anexo I e o organograma no Anexo II.

No quadro 1 apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação da caixa e depósitos

Conta	2019	2020
Caixa	3.539,82	2.865,20
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	3.536.233,75	5.409.535,50
Total	3.539.773,57	5.412.400,70

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura de 01 de Janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP.

O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são medidos ao seu custo de aquisição, deduzindo as correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade.

Na transição do ano para o novo normativo contábilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos não se integrem nas atividades atribuídas ao Município, conforme as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, publicadas em anexo da Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho na sua atual redação.

Na transição do ano para o novo normativo contábilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e medidos pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Na transição do ano para o novo normativo contábilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

Participações financeiras

As participações financeiras estão medidos pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, considerando a vida útil.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foi efetuada a correção das vidas úteis dos Edifícios e Outras Construções devido à divergência da vida útil do CIBE (POCAL) versus CC2 (SNC-AP). Assim, à vida útil definida pelo SNC-AP, subtraiu-se a vida útil já decorrida nos termos do CIBE e, nos casos em que se verificou grandes reparações, aumentou-se a respetiva vida útil do ativo, nos termos definidos por o SNC-AP.

A nova taxa de depreciação foi calculada em resultado da vida útil remanescente. Caso tenha resultado numa vida útil negativa, o valor do ativo remanescente foi reconhecido no património líquido, na conta 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

Contas a receber

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado pelo custo médio ponderado.

Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 2 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Prog. de computador e sistemas inform.	392.323,49	364.366,43		27.957,06	517.618,22	404.998,16		112.620,06
Propriedade Industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	392.323,49	364.366,43		27.957,06	517.618,22	404.998,16		112.620,06

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Reval.	Reversões e perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. Período	Dimin.	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Prog. de computador e sistemas inform.	27.957,06	125.294,87					-40.631,73	-0,14	112.620,06
Propriedade Industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	27.957,06	125.294,87					-40.631,73	-0,14	112.620,06

Quadro 4 - Adições

Rúbricas	Adições									
	Inter nas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Loca ção fin.	Fusão, cisão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Prog. de computador e sistemas inform.		120.902,02							4.392,85	125.294,87
Propriedade Industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total		120.902,02							4.392,85	125.294,87

Quadro 5 - Diminuições

Rúbricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Prog. de computador e sistemas inform.				-0,14	-0,14
Propriedade Industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
Total				-0,14	-0,14

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Não aplicável.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

O gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Quadro 6 - Bens não inventariados

Designação	Tipologia	Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Determinado no ano	Classificação Patrimonial
Prédio Vale de Água	Edifício	150103	1880	6.135,11 €	2006	ATF
Prédio Comporta	Edifício	150106	340	26.189,48 €	2006	ATF
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150101	3541	18.856,66 €	2006	AFT / DP
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150101	3542	6.970,46 €	2006	AFT / DP
Bº Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150101	3864	16.390,71 €	2006	DP
Bº Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150101	3929	38.161,59 €	2006	AFT
Bº da Quintinha	Terreno Urbano	150101	4241	60.642,31 €	2006	AFT
Bº do Laranjal	Terreno Urbano	150103	3028	106.552,72 €	2006	AFT / DP
Herdade do Pinhal	Terreno Urbano	150103	3096	119.540,00 €	2009	AFT / DP
São Roque	Terreno Urbano	150104	1949	954,82 €	2006	AFT
São Roque	Terreno Urbano	150104	2012	2.944,05 €	2006	AFT
Cerrado da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2077	10.688,81 €	2006	AFT
Courela da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2079	9.600,21 €	2006	AFT
Courela da Eira	Terreno Urbano	150104	2991	16.430,00 €	2006	AFT
Ao Cerrado de Tábuas - Olival	Terreno Urbano	150101	G-184	14,48 €	1989	AFT
Ao Passareiro - Pastagem ou Pasto (Lavadouro e Fonte)	Terreno Urbano	150103	X-002	0,62 €	1989	AFT
Total				440.072,03 €		

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, não foi ainda possível inventariar todos os bens, situação que se verificou no ano passado e ainda se mantém.

Quadro 7 - Bens não valorizados

Evidencia-se a listagem dos bens não valorizados do município de Alcácer do Sal. Estes bens referem-se maioritariamente à integração de bens móveis que transitaram da extinta empresa municipal (EMSUAS) para o património do município e a ofertas.

Nº Inventário	Classificação	Descrição	Ano
14430	43712	Plaina Eléctrica EH 4	2007
14431	43712	Berbequim de Percussão SB13XE	2007
14432	43343	Gravador DVD	2007
17691	43042	Serigrafia - Ponto de Fuga Atlantico II - Américo Ferreira Silva	2008
18135	43723	Tapete 0,60x0,90 m	2008
18490	43343	Leitor de DVD Panasonic	2008
23264	43725	Extração de fumos com motor de cobertura	2010
23265	43725	Insuflação de Ar Novo feito pela grelha na parede	2010
23266	43725	Variador de frequência eletrónico	2010
27917	43711	Sistema Anti-roubo	2014
27964	43721	Escada Berner 3,3 Mts	2014
27965	43712	Faca para máquina Ferri HRC	2014
27966	43726	Salamandra	2014
27967	43311	Computador P III 500 MHZ 6,4M	2014
27968	43311	Computador	2014
27969	43311	5 UPS MGE NOVA 600VA	2014
27970	43311	Computador GOLDNET	2014
27971	43311	Computador GOLDNET	2014
27972	43311	Computador Portatil TOSHIBA	2014
27973	43311	2 UPS MGE NOVA 600VA	2014
27975	43311	PC Intel Dual Core	2014
27976	43311	PC ASUS G31	2014
27977	43311	Computador Intel D430	2014
27978	43311	Impressora HP 1120	2014
27979	43311	Impressora Minolta Pagero 1100L	2014
27980	43311	Computador P IV 1,6 GB	2014
27981	43311	Computador AMD SEMPRON 2,6 GHZ	2014
27982	43311	Impressora CLP laser cores	2014

27983	43311	Monitor BENQ preto	2014
27984	43311	Monitor BENQ preto	2014
27985	43311	Telemóvel	2014
27986	43311	Telemóvel	2014
27987	43311	Impressora LEXMARK C500N	2014
27988	43311	Fotocopiadora Minolta EP 1054	2014
27989	43326	Camara Sony MVC - FD75	2014
27990	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27991	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27992	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27993	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27994	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27995	43712	Talocha mecânica BM 1200 H	2014
27996	43712	Saltitão Mikasa	2014
27997	43375	Serrote fita TP	2014
27998	43361	Corta relvas Muculloch Mac 19 BSP (485)	2014
27999	43361	Corta relvas Oleo Mac 648 H (486)	2014
28000	43712	Martelo demolidor	2014
28001	43712	Berbequim de percussão	2014
28002	43712	Máquina de lavar de alta pressão	2014
28003	43712	Máquina Rubi DS-300	2014
28004	43376	Lixadeira cinta 100x610 BBS 100	2014
28005	43712	Misturadora Berner 1300 W	2014
28006	43712	Perfurador SDS Max BHD-8-1	2014
28007	43376	Lixadeira Berner BOS-280 B. Clic	2014
28008	43311	Impressora Multifunções LEXMARK X12	2014
28009	43311	Impressora Konica Minolta Magicolor	2014
28015	43712	Aparafusadora punho c/ bucha 10,8 V BC	2014
32699	43363	Motosserra Stihl MS660 (328)	2019
32700	43363	Motosserra Stihl MS250 (326)	2019
1872	42013	Parcela de Terreno sito Rua Olival do Outeiro - Alcácer do Sal	2020

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 8 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	734.104,76			734.104,76	734.104,76			734.104,76
Edifícios e outras construções	3.150.752,23	2.424.872,80		725.879,43	3.090.980,23	2.494.688,43		596.291,80
Infraestruturas	49.443.487,92	39.090.802,49		10.352.685,43	49.458.249,20	40.217.368,33		9.240.880,87
Patrimônio histórico, artístico e cultural	464.569,27			464.569,27	464.569,27			464.569,27
Outros								
Bens do domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Patrimônio histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8.722.516,18			8.722.516,18	8.722.264,55			8.722.264,55
Edifícios e outras construções	24.959.813,69	9.308.924,46		15.650.889,23	24.966.540,58	9.839.074,94		15.127.465,64
Equipamento básico	3.852.654,22	3.349.040,71		503.613,51	4.051.576,89	3.496.352,81		555.224,08
Equipamento de transporte	4.572.679,00	3.608.023,05		964.655,95	4.741.248,44	3.779.079,46		962.168,98
Equipamento administrativo	516.974,76	509.641,92		7.332,84	576.545,38	509.787,56		66.757,82
Equipamento biológicos								
Outros	1.198.800,32	858.080,28		340.720,04	1.267.263,55	930.544,89		336.718,66
Ativos fixos tangíveis em curso	2.126.664,76			2.126.664,76	5.969.686,32			5.969.686,32
Total	99.743.017,11	59.149.385,71		40.593.631,40	104.043.029,17	61.266.896,42		42.776.132,75

Quadro 9 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Reval.	Reversões de perdas p/ imparidade	Perdas por Imp.	Depreciações período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	734.104,76								734.104,76
Edifícios e outras construções	725.879,43						-69.815,63	-59.772,00	596.291,80
Infraestruturas	10.352.685,43	14.761,28					-1.126.565,84		9.240.880,87
Património histórico, artístico e cultural	464.569,27								464.569,27
Outros									
Bens do domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	8.722.516,18							-251,63	8.722.264,55
Edifícios e outras construções	15.650.889,23	7.786,78					-530.150,48	-1.059,89	15.127.465,64
Equipamento básico	503.613,51	222.109,29					-147.312,10	-23.186,62	555.224,08
Equipamento de transporte	964.655,95	168.569,44					-171.056,41		962.168,98
Equipamento administrativo	7.332,84	66.497,16					-145,64	-6.926,54	66.757,82
Equipamento biológicos									
Outros	340.720,04	70.106,58					-72.464,61	-1.643,35	336.718,66
Ativos fixos tangíveis em curso	2.126.664,76	3.923.053,98	-14.176,97					-65.855,45	5.969.686,32
Total	40.593.631,40	4.472.884,51	-14.176,97				-2.117.510,71	-158.695,48	42.776.132,75

Quadro 10 - Adições

Rúbricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação	Dação em Pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		14.761,28									14.761,28
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens do domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		7.786,78									7.786,78
Equipamento básico		222.109,29									222.109,29
Equipamento de transporte		168.569,44									168.569,44
Equipamento administrativo		66.497,16									66.497,16
Equipamento biológicos											
Outros		70.106,58									70.106,58
Ativos fixos tangíveis em curso		3.923.053,98									3.923.053,98
Total		4.472.884,51									4.472.884,51

Quadro 11 - Diminuições

Rúbricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					-59.772,00	-59.772,00
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens do domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-251,63					-251,63
Edifícios e outras construções	-754,90				-304,99	-1.059,89
Equipamento básico					-23.186,62	-23.186,62
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-6.926,54	-6.926,54
Equipamento biológicos						
Outros					-1.643,35	-1.643,35
Ativos fixos tangíveis em curso					-65.855,45	-65.855,45
Total	-1.006,53				-157.688,95	-158.695,48

Nota 6 - Locações

Não aplicável.

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 12 - Propriedades de investimento

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por Imp.	Dif. Camb.	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	10.777.309,58	70.320,00					-76.783,50	10.770.846,08
Edifícios e outras construções	43.395,34			-748,20				42.647,14
Outras Propriedades de Investimento								
Propriedades de Investimento em curso								
Total	10.820.704,92	70.320,00		-748,20			-76.783,50	10.813.493,22

Nota 9 – Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Quadro 13 - Imparidade de ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas p/ Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo				
Devedores e credores p/ transf., subsídios e empréstimos bonificados	3.915.718,29			3.915.718,29
Clientes, contribuintes e utentes	842.828,09	679.180,73	215.721,87	379.369,23
Pessoal				
Acionistas/sócios/associados				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	467.020,38	57.622,58	12.281,62	421.679,42
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
Ativos biológicos				
Adiantamentos por conta de compras				
Investimentos financeiros	533.304,00			533.304,00
Propriedades de investimento	10.813.493,22			10.813.493,22
Ativos fixos tangíveis	36.806.446,43			36.806.446,43
Ativos intangíveis	112.620,06			112.620,06
Investimentos em curso	5.969.686,32			5.969.686,32
Ativos não correntes detidos para venda				
Total	59.461.116,79	736.803,31	228.003,49	58.952.316,97

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresentam-se os quadros com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 14 - Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	467.020,38	57.622,58	421.679,42
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	467.020,38	57.622,58	421.679,42

Quadro 15 - Inventários: movimentos do período

Ativo	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos gastos	Variações nos inventários	Perdas por Imp.	Reversões de perdas p/ imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	431.652,45	474.560,91	439.192,98	(1)	57.622,58	12.281,62			421.679,42
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	431.652,45	474.560,91	439.192,98		0,00	12.281,62	0,00	0,00	421.679,42

(1) 403.698,23 (conta 61) + 35.494,75 (autoconsumos de contadores em nome do Município c/ fatura s/ pag. e perdas de água)

Nota 11 - Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 - Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 16 - Rendimento com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	14.749,13				
Taxas específicas das autarquias locais	184.207,99				
Multas e outras penalidades	45.897,81				
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	21.223,45				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	1.983.510,99				
Concessões	1.609,55				
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	14.151,90				
Outros serviços	7.212,74				
Outros rendimentos					
Ganhos em inventários	912,68				
Rendimentos em investimentos não financeiros	973.383,79				
Correções relativas a períodos anteriores	20.374,44				
Outros não especificados	2.025,82				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	491,81				
Total	3.269.752,10	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de

transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 17 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	179.408,62				
Imposto municipal sobre imóveis	1.593.588,13				
Imposto único de circulação	285.081,09				
Impostos indiretos					
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	181.479,74				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2.384.438,18				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	9.587.883,40				
Segurança Social	20.416,20				
Reversões					
De perdas por imparidade	228.003,49				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	526.720,98				
Total	14.987.019,83	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Alcácer do Sal, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas:

- não foi efetuado qualquer ajustamento ao valor da provisão para outros riscos e encargos, porque se estima ser suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município;
- para os processos judiciais em curso em que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade não foram constituídas provisões.

Em 2019 foi constituída uma provisão para riscos e encargos de processos judiciais no valor de 573.411,72€, referente à ação intentada pela Vibeiras, Soc. Comercial de Plantas SA e Mota Engil – Engenharia e Construção SA, no âmbito do processo da empreitada “Requalificação Urbana do espaço Público da Margem Norte do Rio Sado”. A constituição desta provisão foi realizada, em conformidade com o princípio da prudência e de acordo com informação jurídica emitida sobre este assunto.

Quadro 18 - Provisões

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos de quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	573.411,72									573.411,72
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	573.411,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.411,72

Nota 16 - Efeito de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Como é do conhecimento generalizado, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já

notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a interrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do seu impacto no campo de atuação do Município. Existem adicionalmente notícias que indiciam a eminência de uma retração económica geral. Embora os efeitos decorrentes deste evento para a atividade do Município, se apresentem à data incertos, consideramos que os mesmos não colocam uma incerteza significativa relativa à atividade regular das operações do Município.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Não aplicável.

Nota 19 - Benefícios dos empregados

Não aplicável.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável.

Nota 21 - Relato por segmento

Não aplicável.

Nota 22 - Interesses em outras entidades

Não aplicável.

Nota 23 - Outras divulgações

Quadro 19 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total

Empresas Participadas - Não Societárias	Sede	NIF	Parcela Detida	Capital Social	Resultado Líquido a 31.12.2019
AMRS - Associação Municípios da Região de Setúbal	Setúbal	501380574	2,23%	1.122.857,74 €	49.083,54 €
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	501627413	0,32%	1.543.431,42 €	118.192,24 €
AMAGRA - Associação de Municípios para a Gestão Regional do Ambiente	Ermidas-Sado	504541269	14,28%	2.289.799,00 €	100.795,02 €
CIMAL - Comunidade Internacional do Alentejo Litoral	Grândola	509075541	19,58%	1.318.652,58 €	69.076,43 €
AMGAP - Associação Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	Beja	509693342	6,20%	887.499,02 €	0,00 €

Anexo I – Caracterização da entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1. IDENTIFICAÇÃO		
Designação Município de Alcácer do Sal		
NIPC 502150319		
Natureza Autarquia Local		
Endereço postal Largo Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal		
Telefone 265610040 Fax 265247003		
Endereço de correio eletrónico secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt - gab.financeiro@m-alcacerdosal.pt		
Sítio na internet www.cm-alcacerdosal.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim Não x
Organograma em anexo		
2. LEGISLAÇÃO		
Regime Financeiro Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não
Serviços Municipalizados		x
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
Serviços Intermunicipalizados		x
Entidades Intermunicipais		x
Entidades Associativas Municipais		x
Empresas Locais		x
Empresas Participadas		x
Cooperativas		x
Fundações		x
Entidades de outra natureza		x
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
O Município de Alcácer do Sal planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, saneamento básico, ordenamento do território, urbanismo e cooperação com outras instituições.		
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
Vítor Manuel Chaves de Caro Proença		
Manuel Vítor Nunes de Jesus		
Ana Luísa Alferes Pinto Soares		
Nuno Miguel Besugo Pestana		
Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos		
Gabriel Afonso Leal Afonso		
Mara Eloisa Pimentas Marques		

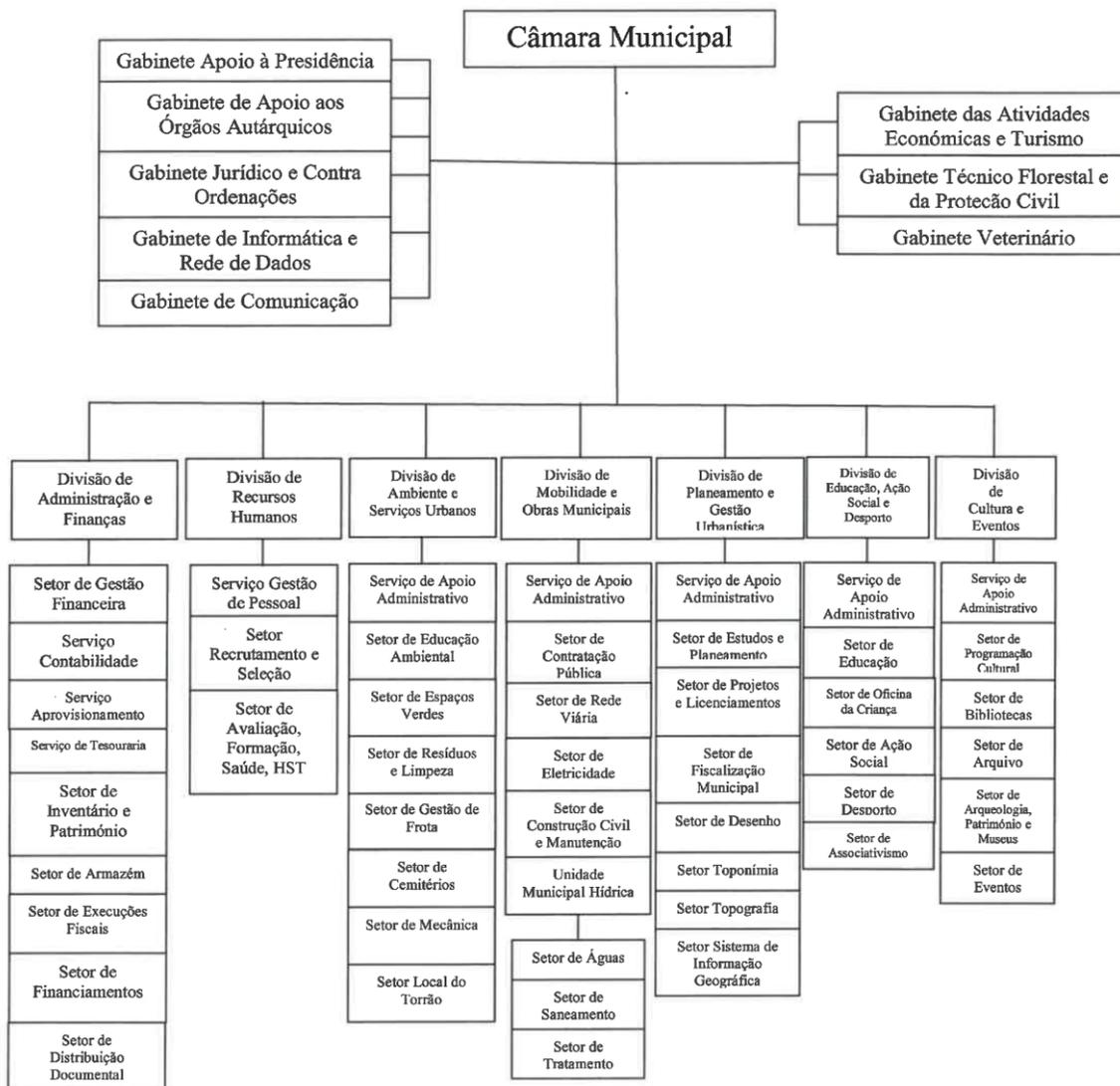
5.2 NÚMERO DE VEREADORES [1]		
Em regime de permanência		3
A meio tempo		0
Restantes vereadores		3
5.3 NÚMERO DE ELEITORES		
Até 10.000		
Mais de 10.000 e menos de 40.000		x
Igual ou superior a 40.000		
6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
Referencial Contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.		
Sistema Informático: aplicação SNC da AIRC		
7 OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
Entidade fiscalizadora IGF-Inspeção Geral de Finanças		
Data da ação 2019		
Período abrangido 01-01-2016 a 31-12-2018		
Identificação da ação Ação de Controlo Contratação Pública		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar)	09-12-2016
	Regulamentos (todos publicados no sitio do Município da internet)	
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	11-12-2009
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	11-06-2020
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	26-06-2020	
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	x
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	x
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	x
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	x

7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL		
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa		
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	423	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	23	26
7.9 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
		x
7.10 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
		x

[1] Cópia da ata onde consta a deliberação da instalação da câmara

Anexo II – Organograma

ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL



Anexo III – Empréstimos obtidos – empréstimos bancários

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

**Demonstração de execução do plano plurianual de
investimentos**

Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- Alterações orçamentais da receita
- Alterações orçamentais da despesa
- Alterações ao plano plurianual de investimentos
- Operações de tesouraria
- Contratação administrativa – Situação dos contratos
- Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento
- Transferências e subsídios - receita
- Transferências e subsídios - despesa

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Alterações ao plano plurianual de investimentos

Operações de tesouraria

Contratação administrativa – situação dos contratos

**Contratação administrativa – adjudicações por tipo de
procedimento**

Transferências e subsídios – receita

Transferências e subsídios – despesa

**Certificação legal de contas e Parecer do revisor oficial de
contas**

OUTROS DOCUMENTOS

**Anexo IV – Declaração de compromissos plurianuais no
âmbito da LCPA**

Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2020

nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2021	4.535.791,73 €
2022	475.061,75 €
2023	416.521,02 €
2024	218.399,02 €
Seguintes	2.235.340,58 €

Alcácer do Sal, ____ de _____ de 2021

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo V – Declaração de pagamentos em atraso no âmbito
da LCPA

Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2020

**nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe
foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que não existem pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2020.

Alcácer do Sal, ____ de _____ de 2021

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo VI – Declaração de recebimentos em atraso no
âmbito da LCPA

Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2020

**nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe
foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, evidenciados nos mapas anexos.

Alcácer do Sal, ____ de _____ de 2020

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo VII – Resumo diário de tesouraria

Anexo VIII – Síntese das reconciliações bancárias

Síntese das reconciliações bancárias

Instituição Bancária		Saldo no banco 30/12/2020	Saldo contabilístico	Observações
Banco	Nº de conta			
Caixa Geral Depósitos	0021.000278.330	1.274.607,01	1.151.134,61	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Caixa Geral Depósitos	0021.004044.830	111.290,27	111.290,27	---
Caixa Geral Depósitos	0021.001280.030	2.321.585,11	2.135.588,40	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Caixa Geral Depósitos	0021.000950.830	18.868,56	18.868,56	---
Caixa Geral Depósitos	0021.010611.230	8.765,95	11.369,15	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Crédito Agrícola	6020.40083224933	401.708,32	396.410,41	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Banco Português de Investimento	5-1393673.001.001	21.089,12	20.754,05	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Novo Banco	0002.571942.40	39.247,49	39.351,55	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Millennium BCP	045361668015	15.430,56	15.249,39	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Caixa Geral Depósitos	0021.015162.230	708.260,65	708.260,65	---
Caixa Geral Depósitos	0021.015314.530	6.779,03	6.779,03	---
Caixa Geral Depósitos	0021.015326.930	149.233,60	143.162,05	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Montepio	277.10.001996-1	10.227,25	10.227,25	---
Caixa Geral Depósitos	0021.015547.430	11.138,07	11.138,07	---
Caixa Geral Depósitos	0021.015548.230	7.501,48	7.501,48	---
Novo Banco	0023.1428518.23	511.744,15	508.144,25	(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências
Caixa Geral Depósitos	0021.015943.730	100.473,48	100.473,48	---
Novo Banco	0034.1325056.23	6.269,26	6.269,26	---
Novo Banco	0034.1334659.23	7.563,59	7.563,59	---
Total		5.731.782,95	5.409.535,50	